



227574

**JOSÉ CARLOS
SAAVEDRA DE
PINHO OLIVEIRA**

**CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA DAS POLÍTICAS
DE CRESCIMENTO ECONÓMICO EM PORTUGAL**



**JOSÉ CARLOS
SAAVEDRA DE
PINHO OLIVEIRA**

**CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA DAS POLÍTICAS DE
CRESCIMENTO ECONÓMICO EM PORTUGAL**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Administração e Gestão Pública, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Eduardo Anselmo Castro, Professor Associado da Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas da Universidade de Aveiro

Aos meus pais.

o júri

presidente

Professor Doutor José Manuel Lopes da Silva Moreira
Professor Catedrático da Secção Autónoma de Ciências Jurídicas, Sociais e Políticas da
Universidade de Aveiro

vogais

Professora Doutora Celeste Maria Dias de Amorim Varum
Professora Auxiliar do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da
Universidade de Aveiro

Professor Doutor Eduardo Anselmo Moreira Fernandes Castro
Professor Associado da Secção Autónoma de Ciências Jurídicas, Sociais e Políticas da
Universidade de Aveiro

agradecimentos

Os meus agradecimentos ao professor orientador, Prof. Doutor Eduardo Anselmo Castro, pela disponibilidade demonstrada e apoio incondicional, pelo incentivo a fazer um trabalho cada vez melhor através de uma análise crítica, rigorosa e objectiva.

palavras-chave

crescimento económico, teoria do crescimento económico, política económica, conhecimento, progresso tecnológico, qualificação dos recursos humanos, desenvolvimento sustentável.

resumo

Com a Revolução Industrial o fosso entre países ricos e países pobres foi gradualmente agravando-se o que levou à emergência da Teoria do Crescimento Económico. Paralelamente, o Estado tem a função de estimular o crescimento económico do país. É desta forma, que surge o objectivo desta dissertação de analisar a eficácia e a eficiência subjacentes à política económica nacional no contexto da Teoria do Crescimento Económico.

Demonstra-se que a política económica nacional se enquadra na teoria do crescimento endógeno tendo, também, fortes ligações à teoria institucionalista/evolucionista. Os principais motores de crescimento considerados pela política económica nacional são o progresso tecnológico e a qualificação dos recursos humanos tendo como objectivo último o desenvolvimento sustentável. Contudo, com recurso à Teoria do Crescimento Económico podemos evidenciar algumas críticas relativas à acção da política económica nacional como a indiferenciação do investimento no ensino e na difusão e criação de tecnologia, os quais, segundo a Teoria do Crescimento Económico, têm uma eficiência/eficácia diferente consoante a aproximação à fronteira tecnológica. Todavia, é de salientar que a economia portuguesa não é um todo homogéneo e, por isso, não se pode aplicar o critério da aproximação à fronteira tecnológica da economia em geral, mas, sim, se possível, nos vários sectores da economia de forma a determinar qual dos investimentos seriam mais produtivos nos casos concretos, realçando, desta forma, a importância dos agentes locais na promoção dos projectos de investimento, nomeadamente centros tecnológicos, autarquias, núcleos universitários e outros organismos públicos.

keywords

economic growth, economic growth theory, economic policy, knowledge, technological progress, qualification of human resources, sustainable development.

abstract

With the Industrial Revolution, the gap between rich and poor countries gradually worsens, leading to the emergence of the Economic Growth Theory. In parallel, the government assumes the task of stimulating economic growth. This dissertation's objective is to analyze the efficiency / effectiveness of the national economic policy growth, in the perspective of the Economic Growth Theory.

It is demonstrated that the national economic policies accommodate with the endogenous growth theory and that they also have strong connections to the institutionalism / evolutionist theory. The principal growth factors considered by the national economic policies are the technological progress and the qualification of human resources, aiming sustainable development as an ultimate goal. However, recurring to the Economic Growth Theory, some critics can be made to the national economic policies, such as not differentiating investment in education and in technology creation and dissemination, which, according to the Theory of Economic Growth, have a different efficiency / effectiveness, depending on the distance to the technological frontier. However, it is stressed out that the Portuguese economy is not a homogeneous whole, and therefore we cannot apply the approximation to the technological frontier criteria to the economy in general. Alternatively, if possible, it should be applied separately to the different sectors of the economy, in order to determine which of the investments are more productive and thus highlighting the importance of local staff in the promotion of investment projects, including technology centers, municipalities, university centers and other public administrations.

Índice

Índice	1
Índice de Figuras	2
Lista de Siglas	3
Introdução	5
Capítulo 1 – Metodologia	7
Capítulo 2 – Teoria do Crescimento Económico	15
Os modelos de crescimento neoclássico.....	16
Os modelos de crescimento endógeno	18
O modelo de crescimento keynesiano	20
Os modelos de crescimento evolucionistas/institucionalistas	21
Crescimento económico, desenvolvimento económico e desenvolvimento sustentável...	24
Capítulo 3 – Política Nacional de Crescimento Económico	29
Introdução	29
Política comunitária.....	31
Plano tecnológico	41
Consolidação das finanças públicas	43
Modernização da administração pública	43
Promoção da eficiência do investimento e da dinâmica empresarial	44
Capítulo 4 – Avaliação da Eficácia e Eficiência das Políticas de Crescimento	
Económico	48
Conclusão	56
Bibliografia.....	58

Índice de Figuras

Figura 1 – Agrupamento dos dados documentais por temas.....	9
Figura 2 – Agrupamento dos dados documentais por períodos temporais.....	10
Figura 3 – Universidades públicas.....	11
Figura 4 – Conteúdo programático da disciplina de crescimento económico.....	12
Figura 5 – Tabela síntese da metodologia utilizada na elaboração do presente trabalho....	13
Figura 6 – Evolução do nível económico dos países ricos e dos países pobres.	15
Figura 7 – Tabela das características das teorias de crescimento económico.	26
Figura 8 – Programas operacionais do QCA III e do QREN	37
Figura 9 – Elegibilidade das regiões no âmbito da política de coesão	39
Figura 10 – Programa nacional da acção para o crescimento e o emprego 2005/2008.....	42
Figura 11 – Factores de crescimento económico constantes na política nacional.....	46
Figura 12 – Quadro - síntese dos indicadores da política económica comunitária.	50
Figura 13 – Quadro - síntese dos indicadores da política económica nacional.....	53
Figura 14 – Análise dos factores de crescimento considerados pela teoria e pela política.	54

Lista de Siglas

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FEOGA-O – Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola - Secção Orientação

FSE – Fundo Social Europeu

I&D – Investigação e Desenvolvimento

IFOP – Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca

II&D – Inovação, Investigação e Desenvolvimento

NUTS – Nomenclaturas de Unidades Territoriais - para Fins Estatísticos

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PEC – Programa de Estabilidade e Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

PIDDAC – Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PME – Pequenas e Médias Empresas

PNACE – Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego

PNE – Plano Nacional de Emprego

PO – Programa Operacional

PPC – Paridades de Poder de Compra

PT – Plano Tecnológico

PTF – Produtividade Total dos Factores

QCA – Quadro Comunitário de Apoio

QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional

UE – União Europeia

Introdução

A Revolução Industrial foi um marco histórico para o crescimento económico mundial. Esta consistiu num conjunto de mudanças tecnológicas no processo produtivo industrial que se traduziu num crescimento económico exponencial. Teve origem na Inglaterra em meados do século XVIII e expandiu-se pelo resto do Mundo no século XIX. Desde então o Mundo tem conhecido taxas de crescimento económico elevadas. No entanto, nem todas as regiões registam de igual forma este crescimento. Assim, de acordo com o nível de desenvolvimento económico temos, actualmente, dois conjuntos de países, os países desenvolvidos e os países em vias de desenvolvimento. Assistiu-se, perante tal contexto, à formulação de teorias de crescimento económico que pretendiam evidenciar os factores que estão na sua origem e explicar a disparidade entre as situações económicas dos diversos países.

Neste sentido, este trabalho de investigação desenvolve-se na temática abrangente do crescimento económico. Delimitámos o campo de investigação às teorias sobre este processo e às linhas de orientação da política económica estabelecidas pelo Governo nacional e pela União Europeia, de forma a analisar as políticas no contexto da Teoria do Crescimento Económico.

Um dos pressupostos assumidos neste trabalho de investigação foi considerar a política económica comunitária como parte importante na explicação da política económica nacional. Com base em dados do Orçamento de Estado de 2008, o Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) foi de 3 591 milhões de euros dos quais 1 813 milhões de euros corresponderam a financiamento comunitário (50,5%).

De igual modo, apenas nos cingimos à enumeração dos factores de crescimento económico constantes nas linhas orientadoras da política nacional, não efectuando uma análise sobre quais as efectivas acções levadas a cabo pelo Governo.

Quanto à estrutura da dissertação, o primeiro capítulo incidirá sobre as questões metodológicas que envolvem este trabalho de investigação, nomeadamente a metodologia qualitativa, o contexto da descoberta, a teoria enraizada (*grounded theory*) e a técnica de análise documental. Pretende-se evidenciar os moldes metodológicos nos quais se desenvolve este trabalho, as razões que levarão à selecção dos critérios da metodologia e a classificação dos elementos metodológicos.

No segundo capítulo será abordada a questão do crescimento económico e feita uma breve explanação das diversas teorias do crescimento económico, nomeadamente da teoria neoclássica, do crescimento endógeno, da teoria keynesiana e da teoria evolucionista/institucionalista. Foi, também, considerado o tema do desenvolvimento sustentável devido à sua importância no decorrer do estudo e nos resultados obtidos. Este capítulo tem como objectivo elaborar um quadro de várias teorias de crescimento económico que permita aferir sobre a real conexão entre a política económica nacional e as teorias de crescimento económico.

No capítulo seguinte, serão definidas as funções, os instrumentos de intervenção económica e as políticas macroeconómicas do Estado. Serão identificados os objectivos da política governamental e quais os factores de crescimento económico que lhes estão subjacentes. Posteriormente, descreve-se, sumariamente, as linhas de orientação da política económica seguida pela União Europeia através da análise da Estratégia de Lisboa, dos Conselhos Europeus de Estocolmo e Gotemburgo. Serão analisadas as Perspectivas Financeiras que reflectem o plano de investimento da União Europeia, as áreas prioritárias consideradas e os instrumentos de financiamento utilizados. Ao nível do Quadro de Referência Estratégico Nacional será verificado o modo como é feita a aplicação das orientações comunitárias no contexto nacional, realçando os objectivos finais. Pretende-se, também neste capítulo, analisar a actual política económica nacional, identificando as linhas gerais planeadas pelo Governo através da análise das Grandes Opções do Plano e dos programas e planos nacionais de investimento.

Por fim, no quarto capítulo pretende-se realizar o objectivo proposto de fazer uma análise sobre a eficácia e eficiência da política económica de Portugal no contexto da Teoria do Crescimento Económico.

Capítulo 1 – Metodologia

O tema estudado, crescimento económico, é um conceito abrangente em constante evolução. Ao longo do tempo surgem novas teorias, novos estudos que pretendem elucidar sobre os factores que estão na base do crescimento económico e porque razões existem grandes disparidades económicas entre os países. Cada vez mais se utilizam estudos econométricos para verificação das hipóteses dessas teorias e para a construção de novas. Porém, é de salientar que a economia é um fenómeno social, logo, tal como a sociedade, é mutável no decorrer do tempo. Uma evolução que é caracterizada por ter um rumo incerto.

A questão de partida que nos motivou a elaborar esta dissertação é avaliar, a priori, as condições de eficácia e eficiência das políticas de crescimento económico. As referidas condições são as seguintes: 1) as políticas devem ter fundamentação teórica; 2) devem considerar as boas práticas e benchmarks; 3) a teoria na base das políticas deve abranger a realidade estudada; 4) devem mobilizar os recursos necessários e 5) devem utilizar esses recursos de forma otimizada. Estes factores enunciados que estão na base de uma “boa” política foram alvo de estudo por parte desta dissertação exceptuando a mobilização dos recursos necessários e optimização da utilização dos mesmos, pois estes só se podem aferir a posteriori. Contudo, iremos identificar alguns possíveis indicadores de medição desta mobilização e utilização dos recursos.

Como foi referido utilizámos o critério da fundamentação com o intuito de verificar se as políticas de crescimento económico têm base teórica. Para atingir este objectivo era necessário identificar e apresentar as teorias e políticas de crescimento económico desenvolvidas em Portugal. Para além do estudo das teorias e políticas do crescimento económico e respectiva conexão, outro critério de avaliação a que demos relevo foi a consonância com as boas práticas e consideração de benchmarks relativos a outros países, nomeadamente da União Europeia, na elaboração das políticas de crescimento económico. Por último, outro aspecto de avaliação que focámos foi a contextualização das abordagens das teorias na realidade estudada, isto é, verificar se as teorias abrangem o contexto de Portugal ou se estão desenquadradas da realidade económica nacional.

Como se depreende trata-se de uma análise qualitativa das políticas económicas com base em determinados critérios subjectivos com recurso à análise documental. Denota-se o papel fundamental do investigador na percepção das teorias e políticas de crescimento económico, na interpretação das semelhanças e diferenças entre estas, na

identificação dos factores de crescimento económico e, principalmente, na análise subjectiva dos critérios de eficiência e eficácia. Por esta razão podemos associar este trabalho de dissertação à metodologia qualitativa e interpretativa pois a fonte directa de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal na observação e interpretação daquilo que percebe (Bogdan, 2004).

Como não se parte de uma hipótese definida à partida podemos dizer que se trata de uma dissertação no contexto da descoberta. Neste contexto, as questões, as hipóteses, as variáveis ou as categorias de observação normalmente não estão totalmente formuladas ou predeterminadas no início de uma pesquisa (Lessard-Hébert *et al*, 1994).

Existem diferentes denominações para designar os tipos de teorias formuladas numa investigação situada no contexto da descoberta. Uma teoria que é testada à medida que vai sendo formulada pelo investigador, no âmbito de um estudo de caso, pode ser qualificada de teoria “local” – isto significa que a sua aplicação está limitada a um dado meio – ou ainda de teoria “enraizada” (*grounded theory*) (Lessard-Hébert *et al*, 1994). Do exposto podemos associar este trabalho à teoria local, na medida em que existe um condicionamento do objecto de estudo a um determinado meio (Portugal e União Europeia) e a um determinado momento do tempo (actualidade).

O modelo interactivo de análise dos dados na investigação qualitativa consiste em três passos, ou componentes, de actividades concorrentes: a redução dos dados, a sua apresentação e a interpretação, verificação das conclusões.

A redução dos dados é o processo de selecção, de contracção, de simplificação, de abstracção e de transformação do material compilado. Esta redução pode-se subdividir em três partes: 1) redução antecipada que se encontra desde logo presente na formulação da problemática e no delinear do projecto de investigação (explicitação do quadro conceptual; elucidação das questões decorrentes do quadro conceptual; amostragem e selecção dos instrumentos); 2) redução concomitante (durante a recolha de dados) e 3) redução a posteriori (Lessard-Hébert *et al*, 1994).

Na recolha da informação foram consultados documentos relacionados com o crescimento económico e com a política económica nacional e comunitária de duas fontes principais: a Internet e a Biblioteca.

O tratamento da informação conduziu à estruturação da dissertação em duas partes: 1) a síntese das teorias do crescimento económico e 2) as políticas económicas comunitária e nacional.

Por fim, a interpretação e a verificação das conclusões é a componente da análise que consiste na atribuição de significado aos dados reduzidos e organizados através da formulação de relações ou de configurações expressas em proposições ou modelos. Trata-se de “extrair significados a partir de uma apresentação-síntese dos dados pondo em evidência ocorrências regulares, esquemas, explicações, configurações possíveis, tendências causais e preposições”. A interpretação ocorre logo no início da recolha de dados pela formulação de conclusões provisórias que são imediatamente testadas e as quais vão sendo acrescentadas outras no decurso da investigação. Deste modo as conclusões que resistem à prova do confronto com novas observações tornam-se mais explícitas e enraizadas. Esta componente da análise integra, portanto, uma dimensão de “verificação” (Lessard-Hébert *et al*, 1994). No caso desta dissertação, a interpretação da informação consistiu na interligação entre o conteúdo das duas partes mencionadas anteriormente de forma a alcançar o objectivo proposto de análise das medidas da política económica nacional e comunitária no contexto das teorias de crescimento económico de forma a aferir a sua eficácia e eficiência.

Existem três grandes grupos de técnicas de recolhas de dados: inquérito (entrevista ou questionário), observação e análise documental. A técnica de recolha de dados privilegiada, nesta dissertação, foi a análise documental. Pelo que, nos parágrafos seguintes, iremos fazer uma breve avaliação dos dados recolhidos.

Como podemos constatar através da análise da figura 1, verifica-se uma abundante colecção de documentos referentes à Teoria do Crescimento Económico (53,6%). No entanto, é de salientar que da observação dos dados documentais existe quase sempre a referência a um quadro genérico comum de teorias de crescimento económico.

A política económica nacional tem o menor peso relativo (14,3%), muito por causa dos documentos serem elaborados por apenas uma fonte, o Governo.

Uma percentagem pouco maior tem a política económica comunitário (32,1%) pois, também, é, somente, protagonizada pela União Europeia.

Os *working papers* constituem a fonte predominante de informação quando se analisa os dados referentes à Teoria do Crescimento Económico. Relativamente às Políticas Económicas Nacional e Comunitária, as únicas fontes de informação são os relatórios e os documentos legislativos.

Figura 1 – Agrupamento dos dados documentais por temas.

	Temas	Teoria Crescimento Económico	Política Económica Nacional	Política Económica Comunitária	Total
Dados					

Documentais				
Livros	2			2
Documentos legislativos		1	5	6
<i>Working Papers</i>	12			12
Relatórios	1	3	4	8
Total	15	4	9	28

Da análise da figura 2 conclui-se que a investigação debruça-se sobre um espaço temporal específico, estuda fontes de informação, predominantemente, publicadas entre 2001 e 2008. Porém, relativamente ao tema da Teoria do Crescimento Económico, verifica-se que os dados documentais foram publicados ao longo de quase 25 anos.

Figura 2 – Agrupamento dos dados documentais por períodos temporais.

Temas \ Período	1985-1990	1991-1995	1996-2000	2001-2005	2006-2008	Total
Teoria Económica do Crescimento	2	3	1	5	4	15
Política Económica Nacional				3	1	4
Política Económica Comunitária			2	4	3	9
Total	2	3	3	12	8	28

Com base no Anexo I – Dados Documentais regista-se que a agregação dos dados sobre a Teoria de Crescimento Económico têm diferentes formas: abrangem estudos econométricos, teorias de crescimento económico e resumos sobre estas. Existe uma pluralidade de informação que permite um enriquecimento de conhecimentos sobre o tema. No lado oposto encontram-se os dados documentais sobre as Políticas Económicas Nacional e Comunitária que devido a serem elaborados por apenas uma entidade contêm informação repetitiva.

Das Universidades Públicas existentes do nosso país (figura 3), recolhemos informação sobre o conteúdo programático da disciplina de crescimento económico de três faculdades (figura 4). Da análise dessa informação concluímos que, na generalidade, são abordados os mesmos pontos no ensino da Teoria de Crescimento Económico, nomeadamente a teoria clássica, a teoria keynesiana (modelo de Harrod-Domar), o modelo de Solow, o modelo de crescimento neoclássico e suas variantes.

Figura 3 – Universidades públicas.

Universidade Aberta
Universidade da Beira Interior
Universidade da Madeira
Universidade de Aveiro
Universidade de Coimbra
Universidade de Évora
Universidade de Lisboa
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Universidade do Algarve
Universidade do Minho
Universidade do Porto
Universidade dos Açores
Universidade Nova de Lisboa
Universidade Técnica de Lisboa
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Fonte: Direcção-Geral do Ensino Superior

Figura 4 – Conteúdo programático da disciplina de crescimento económico.

Universidade Coimbra	Universidade Porto	Universidade de Aveiro
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento sustentável • Contribuições de Adam Smith, Malthus, Ricardo, Marx e Schumpeter • Modelo de crescimento de Harrod-Domar • Modelo de crescimento neoclássico • Modelo de crescimento neoclássico com progresso técnico e capital humano • Crescimento endógeno • Modelo de crescimento AK • Modelo de crescimento de Romer com learning by doing • Modelos de crescimento de Barro e Lucas • O modelo de Lewis 	<ul style="list-style-type: none"> • A dinamização do modelo keynesiano: modelo de Harrod – Domar. • O modelo neoclássico do crescimento. • O Modelo de Solow com progresso técnico. • Factos estilizados do crescimento económico. • A inclusão do capital humano no modelo de Solow. • A análise de Barro sobre a convergência. • O primeiro modelo de Romer. • O modelo de Lucas. • Modelos com alteração tecnológica endógena 	<ul style="list-style-type: none"> • Factos estilizados do crescimento económico • O modelo de crescimento neoclássico • As teorias de Malthus e de Ricardo. • O modelo básico de Solow. • O Modelo de Solow com progresso técnico • O modelo neoclássico com capital humano • O paradoxo de Lucas (1990). • A extensão de Mankiw, Romer e Weil (1992). • O resíduo de Solow. • O modelo AK • O modelo de Harrod-Domar. • <i>Learning by doing</i>. • Efeitos de difusão tecnológica. Efeitos de aglomeração. • Burocracia, <i>rent seeking</i> e corrupção. • Efeitos de difusão Externalidades na inovação. • Efeitos de escala em modelos de crescimento.

Fonte: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
 Faculdade de Economia da Universidade do Porto
 Faculdade de Economia da Universidade de Aveiro

Figura 5 – Tabela síntese da metodologia utilizada na elaboração do presente trabalho.

Objectivo	<ul style="list-style-type: none"> • Análise da eficiência e eficácia da política económica nacional no contexto da Teoria de Crescimento Económico
Tipo de investigação	<ul style="list-style-type: none"> • Investigação qualitativa
Seleção das fontes de informação	<ul style="list-style-type: none"> • Relativas aos temas das teorias de crescimento económico e das políticas económicas nacional e comunitária
Seleção do meio de recolha de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise documental
Apresentação	<ul style="list-style-type: none"> • Estruturação conforme os temas abordados na fase de selecção e recolha de dados
Interpretação e verificação das conclusões	<ul style="list-style-type: none"> • Interligação do conteúdo dos temas estudados de forma a produzir um raciocínio lógico que conduza a conclusões sobre o objectivo proposto • Análise crítica dos resultados

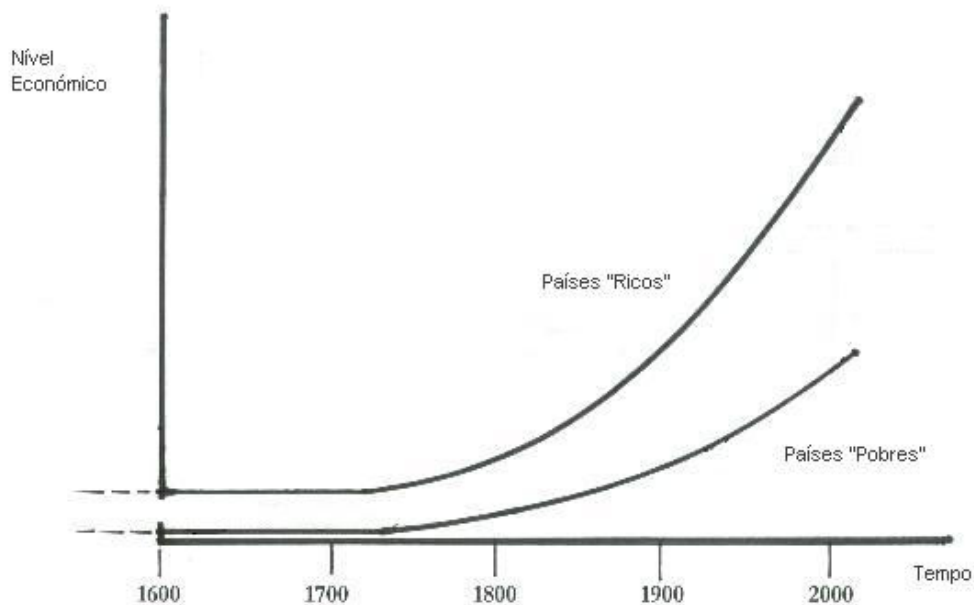
Capítulo 2 – Teoria do Crescimento Económico

O crescimento económico é um factor de influência predominante no destino das nações, conduz ao bem-estar social e estabilidade política, influencia as decisões a nível internacional e o equilíbrio geopolítico, determina fluxos migratórios, produz efeitos na maior parte dos fenómenos sociais.

Podemos definir crescimento económico como o acréscimo no valor dos bens e serviços produzidos pela economia; convencionalmente, é medido como a taxa de crescimento real do produto interno bruto (PIB).

Tendo em consideração a sua importância, a teoria tem dois objectivos: 1) um deles é a identificação dos mecanismos associados ao processo de crescimento económico e, em particular, às razões pelas quais este pode ser sustentável no longo prazo e 2) o outro objectivo é a explicação da constante desigualdade observada no desempenho do crescimento económico ao nível geográfico (Bhattacharjee, Castro e Jensen-Butler, 2009), como é evidenciado pela figura 6.

Figura 6 – Evolução do nível económico dos países ricos e dos países pobres.



Fonte: <http://freedomkeys.com/gap.htm>, página consultada em seis de Outubro de 2008.

No sentido de explorar melhor o tema do crescimento económico, de seguida, apresentaremos, sucintamente, as principais teorias. As primeiras duas (neoclássica e endógena) baseiam-se no pressuposto de um equilíbrio económico, o qual é negado

pelas outras teorias estudadas, nomeadamente a keynesiana e a evolucionista/institucionalista.

Os modelos de crescimento neoclássico

O crescimento económico é, geralmente, medido pelo rendimento *per capita*, que representa um indicador do bem-estar económico de um certo país ou região ao expressar uma medida *per capita* do valor acrescentado total de bens e serviços produzidos nessa economia.

A análise do crescimento registado pelo rendimento nacional *per capita* conduziu Kaldor a evidenciar diversas regularidades empíricas ou “factos estilizados” (Barro e Sala-i-Martin, 2004):

- O produto *per capita* cresce ao longo do tempo e a sua taxa de crescimento não tem tendência decrescente;
- O capital físico por trabalhador é crescente no tempo;
- A taxa de retorno do capital é sensivelmente constante;
- O rácio entre capital físico e produto é quase constante;
- As percentagens relativas de trabalho e capital físico no rendimento nacional são aproximadamente constantes;
- A taxa de crescimento do produto por trabalhador é substancialmente diferente de país para país.

A procura de explicações para os “factos estilizados” do crescimento, avançados por Kaldor, levou a que Solow e Swan, em meados dos anos 50, relacionassem estes factos com a acumulação física de capital sendo, então, este o motor crítico do crescimento.

O modelo de Solow, modelo de Solow-Swan ou, simplesmente, o modelo de crescimento neoclássico, contraria o estado estacionário do modelo de Harrod ao introduzir um novo dado em que existem deslocamentos do equilíbrio económico ao longo do tempo, associado a níveis de actividade progressivamente mais elevados. A trajetória de crescimento, caracterizada pela sucessão de equilíbrios, é estável, no sentido em que se, num dado momento, por qualquer razão, a economia dela se afasta, tem tendência a voltar ao ponto de equilíbrio (Mankiw, Phelps e Romer, 1995).

A visão de Solow, à semelhança da visão clássica, considera que o rendimento marginal do capital é decrescente, isto é, quanto maior é o rácio capital/trabalho menor é o

rendimento do capital. Os rendimentos marginais decrescentes do capital fixam um limite ao processo de acumulação, conduzindo a um crescimento nulo, ou seja, estabelecem um equilíbrio de crescimento estacionário de longo prazo em que o rácio capital/trabalho e a produtividade do trabalho crescem a uma velocidade constante. Só o progresso técnico permite que a taxa de remuneração do capital se mantenha, contrariando a tendência para a estagnação (Barro, 1991).

O progresso técnico é, no entanto, exógeno, ou seja, constitui um dado para os agentes, no sentido em que o seu nível é fixado independentemente da intervenção destes. O equilíbrio neste modelo é expresso por uma taxa de crescimento da economia (produto *per capita*) igual à taxa de progresso técnico (Bhattacharjee, Castro e Jensen-Butler, 2009).

Deste modo, o modelo fornece uma metodologia para medir a taxa de progresso técnico. Este é, muitas vezes, identificado como resíduo de Solow ou produtividade total dos factores (PTF), sendo definido como a diferença entre o crescimento do output (produto) e as taxas de crescimento (ponderadas) dos inputs (capital e trabalho) (Baier, Dwyer e Tamura, 2002). A taxa de progresso técnico tem uma natureza residual na medida que diversos factores podem originar uma mudança na função de produção, tais como uma inovação tecnológica, organizacional ou institucional (Howitt, 2006).

Deste modelo neoclássico sobressai a acumulação de capital físico como principal factor de crescimento económico que pode ser influenciado por outras variáveis, nomeadamente pela taxa de poupança. Assim, o Estado através dos seus três instrumentos (impostos, despesas/transferências e regulamentações) deverá incentivar a poupança e o investimento, quer seja 1) através de despesas com a finalidade do aumento do nível de capital físico (construção de vias de comunicação); 2) através de transferências que garantam um maior grau de investimento como, por exemplo, incentivos concedidos a empresas e particulares de forma a fomentar o crescimento de determinados sectores de actividade ou o empreendedorismo; 3) ou, ainda, através de regulamentação que favoreça o investimento, nomeadamente, eliminação de burocracias relativamente ao processo de criação, manutenção e extinção de empresas.

No entanto, devido aos rendimentos decrescentes do capital, o contínuo fluxo de poupança e correspondente investimento conduzirá, sucessivamente, a menores taxas de crescimento económico. O que implica que, apenas, constantes incentivos à acumulação de capital físico não permitem, no longo prazo, crescimento sustentado, sendo necessária a existência de progresso tecnológico para que este ocorra.

Os modelos de crescimento endógeno

O modelo de crescimento neoclássico destacava o progresso técnico como o motor do crescimento económico, contudo era omissivo quanto às forças económicas que estão subjacentes ao progresso técnico.

No entanto, este pode ser explicado pela motivação das empresas em maximizar os seus lucros e pela actividade de investigação desenvolvida no sentido de obtenção de novos e melhores processos/produtos. Assim, as melhorias na tecnologia podem ser encaradas como um resultado endógeno da economia.

Assim, no decorrer dos anos 80, emergiu um conjunto de modelos que procuraram encontrar razões endógenas para o crescimento económico de longo prazo, negando a hipótese dos rendimentos decrescentes do capital e introduzindo o progresso técnico no modelo de forma endógena (Mankiw, Phelps e Romer, 1995). Portanto, o contributo inovador consistiu na integração do progresso técnico como uma variável endógena, explicada por outras variáveis.

As novas teorias do crescimento endógeno valorizam: 1) as actividades de Investigação & Desenvolvimento e 2) os processos de aprendizagem formal (ensino) e informal (*learning by doing*) (Lucas, 1988).

Os modelos de crescimento endógeno identificam a inovação (em particular, a acumulação e a difusão de conhecimento tecnológico) como a força motora do crescimento de longo prazo (Limam e Miller, 2004).

A difusão internacional de tecnologia e conhecimento permite uma redução nos custos de inovação e um aumento na produtividade total dos factores. Esta ocupa um lugar relevante nas teorias do crescimento endógeno, na medida em que: 1) o crescimento do produto e da produtividade de um país está positivamente correlacionado com o seu grau de abertura a fluxos de informação e à sua capacidade de absorver e utilizar o conhecimento gerado externamente e 2) as actividades domésticas de I&D podem ser instrumentais na construção e manutenção de capacidades de absorção (Limam e Miller, 2004).

A teoria do crescimento económico diz-nos, também, que a difusão de tecnologia de economias líderes para economias seguidoras envolve custos de imitação e adaptação. Os países seguidores têm tendência a crescer economicamente mais quanto maior for a diferença de nível tecnológico entre país líder e seguidor. No entanto, esta tendência

pode ser contrariada pelo facto de que quanto maior fosse o número de inovações existentes maior será a probabilidade de desenvolvimento de futuras inovações (Romer, 1990).

Outro postulado indica que os países com maior rotatividade de empresas no mercado e com maior grau habilitacional da população têm maior potencial de crescimento quanto mais próximos estiverem da fronteira tecnológica (Aghion e Howitt, 2006). No sentido que quanto mais competitivo for um mercado maior é o incentivo à inovação por parte das empresas pois vêm nesta acção uma forma de superar o desempenho das empresas concorrentes, (Aghion e Howitt, 1992).

Um maior stock de capital humano, para além de conduzir a um maior crescimento económico, possibilita uma maior proximidade da fronteira tecnológica, (Nelson e Phelps *in* Aghion e Howitt, 2006). Pois, o capital humano facilita a adaptação a tecnologias mais avançadas e torna mais provável a criação de novas tecnologias, (Benhabib e Spiegel *in* Aghion e Howitt, 2006).

Contudo, o capital humano não afecta uniformemente a inovação e a imitação de tecnologias. O ensino primário/secundário tende a produzir imitadores de tecnologia e o ensino terciário tende a criar inovadores. Quanto mais próximo um país estiver da fronteira tecnológica maior será a importância do ensino terciário no crescimento económico comparativamente com o ensino primário/secundário, (Aghion, Boustan, Hoxby, Meghir e Vandenbussche *in* Aghion e Howitt, 2006).

O modelo do crescimento endógeno, tal como o modelo neoclássico, defende a acumulação do capital físico e o progresso tecnológico como principais factores de crescimento económico. Porém, a grande diferença entre os dois modelos centra-se na possibilidade de explicação do progresso técnico. No modelo neoclássico é tomado como um dado, enquanto que no modelo de crescimento endógeno este pode ser explicado por outras variáveis. Portanto, neste modelo são válidas as medidas de incentivo à acumulação do capital físico mencionadas no modelo neoclássico. E, ainda, as medidas de incentivo ao progresso tecnológico, nomeadamente: 1) incentivo à maior produtividade dos factores de forma a contrariar os rendimentos decrescentes, como, por exemplo, incentivos à escolarização através do aumento da idade de escolaridade obrigatória, incentivos à modernização das empresas através da criação de centros tecnológicos e 2) incentivo ao desenvolvimento tecnológico do tecido empresarial. Estes apoios que pretendem aumentar o nível tecnológico de um país podem objectivar a inovação radical ou a absorção de tecnologia. Assim, o Estado pode financiar a

actividade de Investigação & Desenvolvimento: 1) no sector público, através do fomento da difusão e inovação tecnológica em universidades e centros tecnológicos, promovendo parcerias público-privadas e 2) no sector privado, apoiando projectos de inovação, promovendo cursos específicos, formação ao longo da vida e outros meios de difusão de tecnologia, ou seja, promovendo a inovação e difusão tecnológica tanto no sector privado como no público.

O modelo de crescimento keynesiano

A análise de longo prazo do crescimento económico keynesiano deve-se a autores como Harrod e Domar ao introduzirem a modelização da acumulação dos factores capital e trabalho. Com efeito, Keynes tinha concentrado a sua atenção na procura de uma explicação coerente da determinação do nível de produção e de emprego numa economia monetária de produção, sendo conduzido à identificação da possibilidade da existência de um equilíbrio com desemprego. Com o constatar destas ineficácias do mecanismo de mercado definiu, também, medidas no âmbito das intervenções públicas que pudessem colmatá-las (Samuelson e Nordhaus, 1999).

O modelo de Harrod-Domar enquadra-se na teoria Keynesiana na medida que conclui que a economia não tende para o pleno emprego e para uma taxa natural de crescimento económico. Consequentemente, são necessárias políticas de incentivo ao investimento, através do aumento da poupança, que conduzam à acumulação de capital sendo, também, neste modelo a acumulação de capital a fonte de crescimento económico (Mateus *et al.*, 2005).

Ao contrário do pensamento clássico, a corrente keynesiana não pressupõe perfeita flexibilidade dos salários e dos preços e ignora a Lei de Say pois, não consideram que a oferta gera, autonomamente, a sua própria procura. Logo, também, não pressupõem o equilíbrio económico devido às ineficácias do mecanismo de mercado, nomeadamente no mercado de bens e serviços e no mercado do trabalho. Neste contexto, o crescimento económico deverá ser estimulado pelo lado da procura, através de dois instrumentos fundamentais: 1) redução da taxa de juro através do aumento da oferta de moeda que induz uma maior atractividade ao investimento; 2) investimentos do Estado em infra-estruturas, saúde, educação, investigação e desenvolvimento, em que estes são fruto de políticas fiscais contra-cíclicas, isto é, em tempo de recessão deve-se aumentar o défice público. Deve-se efectuar uma maior despesa em relação à receita cobrada, com a

finalidade de aumentar a procura governamental que, por sua vez, aumenta o poder de compra dos consumidores, repercutindo-se num aumento da capacidade de investimento das empresas que poderão contratar mais mão-de-obra e, assim, aumentar, também, a capacidade de compra por parte dos trabalhadores. Algumas políticas estatais de incentivo à procura final e intermédia são, por exemplo, a substituição de importações, fomentando, assim, a produção nacional; atracção de grandes investimentos que têm um efeito multiplicador em sectores de actividade complementares; concessão de benefícios fiscais e promoção de políticas sociais que têm como finalidade aumentar a capacidade de procura de produtos nacionais.

Os modelos de crescimento evolucionistas/institucionalistas

As abordagens evolucionistas do crescimento emergiram com dois objectivos fundamentais: 1) como tentativa de ultrapassar os limites da teoria de crescimento neoclássica que, embora contabilizasse o progresso técnico e explicasse os “factos estilizados”, manifestava a impossibilidade de distinguir entre um movimento ao longo da função de produção e uma deslocação da própria função de produção (inovação); 2) como tentativa de ultrapassar os limites dos modelos de crescimento endógeno que, embora tomassem em consideração a incerteza que rodeia a mudança técnica, não reconheciam que os contínuos avanços técnicos implicam um estado contínuo de desequilíbrio (Mateus *et al.*, 2005).

Segundo o relatório elaborado por Mateus *et al.* (2005), as abordagens evolucionistas do crescimento privilegiam um tratamento das decisões empresariais centrado na diferenciação comportamental, em vez da regra da maximização do lucro, onde ressaltam três aspectos principais:

- Os avanços tecnológicos são conceptualizados como processos de desequilíbrio que envolvem elevada incerteza *ex ante*, uma dependência da trajectória e ajustamentos de longa duração;
- O comportamento das empresas é aproximado por teorias mais realísticas colocando a ênfase nas suas capacidades estratégicas, em sentido alargado, em vez de contemplar, apenas, o investimento em capital humano e em I&D;
- A análise do enquadramento institucional é valorizada uma vez que, presumivelmente, contribui, de forma substancial, para a explicação das diferenças de crescimento económico entre países e regiões.

As empresas, para criarem valor e ganharem uma vantagem competitiva, utilizam um conjunto de activos específicos, entre os quais se encontram as actividades de I&D, o marketing, as capacidades de organização e de gestão, as capacidades de aprendizagem colectiva e individual, as economias de rede (ligações a clientes, *outsourcing*, cooperação com universidades, alianças estratégicas) e os direitos de propriedade.

As características específicas de cada empresa constituem, na sua maioria, aspectos intangíveis e dinâmicos, resultam de decisões estratégicas passadas e representam recursos disponíveis para criar activos adicionais no futuro. A acumulação de activos estratégicos, se permite à empresa alterar as suas restrições em relação à tecnologia e às suas preferências, constitui um processo dependente da trajectória prosseguida que origina importantes diferenças entre as empresas.

As abordagens evolucionistas consideram a concorrência como um processo que é importante em termos da sua dinâmica e não da sua tendência de longo prazo, isto é, a dinâmica das escolhas modela o crescimento. As abordagens evolucionistas do crescimento económico consideram, deste modo, o ambiente de incerteza em que são tomadas as decisões empresariais que tendem a configurar processos de aprendizagem por erro e experimentação no contexto de uma concorrência dinamizada pela procura de vantagens competitivas.

As principais conclusões que caracterizam este conjunto de perspectivas, agrupadas sob a denominação de economia evolucionista são, no essencial, as seguintes (Mateus *et al.*, 2005):

- O crescimento económico constituiria, não um processo de convergência para uma trajectória de crescimento equilibrado, mas um processo de transformação que envolve a interacção da esfera económica com outros domínios, tais como a ciência, a tecnologia e as instituições. As diferenças de crescimento económico, quer ao longo do tempo, quer entre países, se são difíceis de prever, em termos *ex-ante*, têm, frequentemente, factores explicativos subjacentes, em termos *ex-post*. Por outro, o crescimento económico não é necessariamente, no longo prazo, um processo de convergência geral, isto é, podem observar-se períodos históricos de convergência, em momentos em que as instituições e os desenvolvimentos tecnológicos o permitam, mas devem ser esperados, também, períodos de divergência de crescimento económico;
- A mudança tecnológica conjuga-se, na abordagem evolucionista, com a variabilidade das taxas de crescimento, isto é, a tecnologia é não só relevante como factor de crescimento, como o seu próprio ritmo de evolução também é importante para a

explicação das oscilações e diferenças de crescimento. Premissa fundamentada através da valorização do papel diferenciado das inovações radicais, que abrem novas possibilidades para alterações, pouco previsíveis, das taxas de crescimento económico no longo prazo, e das inovações incrementais, associadas à difusão de inovações radicais por toda a economia. A tecnologia não é, finalmente, apropriada exclusivamente pela empresa que desenvolve a inovação, isto é, existem fenómenos de difusão (*spill over*) do conhecimento tecnológico para outras empresas e nações que produzem, assim, uma erosão das diferenças nas competências tecnológicas e, desse modo, constituem factores favoráveis à afirmação de tendências de convergência;

- O processo de crescimento económico caracteriza-se, essencialmente, por mudanças estruturais (no quadro da lógica da destruição criadora de Schumpeter) onde, nomeadamente, a ascensão das novas indústrias e o declínio das velhas indústrias, os ganhos e perdas de quotas de mercado nas relações económicas internacionais e as consequências económicas das tendências demográficas, constituem aspectos importantes na explicação dessas mudanças.

No âmbito institucionalista, um dos factores de grande importância é a governação. Entende-se por governação a medida que permite avaliar a qualidade das instituições e políticas económicas. A governação pode explicar porque é que países mais desenvolvidos crescem mais depressa do que outros (Olson, Sarna e Swamy *in* Aubyn, 2007). Países com maior eficiência na despesa, isto é, quanto maior o produto dado o nível de recursos usados, são países com indicadores que evidenciam uma melhor governação. Sendo mais relevante a qualidade da governação do que o tamanho do governo como factor de explicação do crescimento económico (Aubyn, 2007).

Com base nas teorias evolucionistas/institucionalistas, salienta-se a ideia de equilíbrio entre protecção e difusão tecnológica e entre selectividade e diversidade económica. Assim, o Estado deverá: 1) garantir os direitos de propriedade intelectual das empresas, pois estes são vistos como um incentivo à inovação na medida em que se pretende que o benefício da inovação seja totalmente imputado à empresa criadora, conferindo um certo grau de protecção a quem inova; 2) criar centros e redes de informação às empresas que sirvam de ponto de interligação entre agentes económicos e outras instituições permitindo criar sinergias económicas e possibilitar uma maior difusão tecnológica; 3) desenvolver a actividade de I&D através da promoção de projectos de inovação no sector privado e no sector público, ao mesmo tempo que se valoriza o capital humano que permitam uma maior diversificação económica; 4) aplicar políticas

de selectividade de forma a fomentar a qualidade de produtos, empresas e marcas; 5) ao nível institucionalista, deve desenvolver uma envolvente legislativa favorável ao empreendedorismo, nomeadamente ao nível da diminuição da burocracia processual e desenvolver uma rede de instituições e de informação de apoio ao tecido empresarial.

Crescimento económico, desenvolvimento económico e desenvolvimento sustentável

O PIB real *per capita* de uma economia, normalmente, é usado como um indicador do nível médio de vida dos indivíduos num dado país no entanto, esta causalidade nem sempre se verifica, sendo três os grandes argumentos para este efeito não ocorrer: 1) o crescimento económico poderá ter impactos negativos no meio ambiente, 2) esgotamento rápido dos recursos naturais não-renováveis e 3) poderá gerar uma maior desigualdade na distribuição de rendimentos (Samuelson Nordhaus, 1999).

Daqui resulta que existem substanciais diferenças entre crescimento e desenvolvimento económico. Enquanto que o crescimento económico está associado ao aumento do produto interno bruto e/ou do rendimento *per capita*, o desenvolvimento económico implica, para além da melhoria de indicadores económicos, também, a melhoria de indicadores sociais tais como as habilitações literárias, esperança média de vida e rendimento. Há aspectos sociais que o produto interno bruto não revela, sendo necessário recorrer a índices que pretendem conjugar indicadores sociais e económicos para uma melhor perspectiva da realidade de um país ou região. Um destes índices compostos muito conhecido é o Índice de Desenvolvimento Humano que aborda três áreas da sociedade: a riqueza, a educação e a longevidade. Outro conceito relativo ao bem-estar social é o desenvolvimento sustentável em que para além dos factores referenciados anteriormente é incluído no cálculo do bem-estar social a componente da preservação do meio ambiente.

Existem diversas formas de analisar o bem-estar de uma sociedade, todavia, estas podem conduzir a resultados diferentes. Desta maneira, torna-se imperativo analisar a política económica segundo o seu objectivo. Apenas o crescimento económico ou tem inerentes preocupações com as desigualdades sociais, com a qualidade de vida dos cidadãos e com a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais?

Um dos aspectos focados de sustentabilidade, nesta dissertação, é o da consolidação das contas públicas. Se o rácio entre o deficit público e o capital exceder o seu nível crítico

não existe um estado estacionário, existindo uma taxa de crescimento de capital negativa que conduzirá a zero o nível de capital (Michael Brauning, 2005).

Desta forma o Estado deverá implementar políticas económicas, sociais (que estão intrinsecamente ligadas à Teoria Keynesiana) e ambientais no sentido de impulsionar a economia, garantir a equidade social através, por exemplo, da concessão de subsídios ao desemprego, regulamentar o mercado de trabalho impondo um limite mínimo do valor do salário, garantir rendimentos aos mais desfavorecidos economicamente, promoção da inclusão social e no âmbito do meio ambiente promover políticas de eficiência energética, reduzir as emissões de dióxido de carbono e dinamizar o sector das energias renováveis.

Figura 7 – Tabela das características das teorias de crescimento económico.

Teoria	Características	Políticas
Teoria Neoclássica	<ul style="list-style-type: none"> • Acumulação de capital físico • Acção dos agentes individuais em contexto de racionalidade ilimitada • Crescimento equilibrado • Progresso técnico exógeno 	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivo à poupança • Captação de investimento estrangeiro • Construção de vias de comunicação • Fomento do empreendedorismo através de regulamentação mais favorável
Teoria do Crescimento Endógeno	<ul style="list-style-type: none"> • Acumulação de capital humano (formal e aprendizagem) • Investigação e desenvolvimento • Acção dos agentes individuais em contexto de racionalidade ilimitada • Progresso técnico endógeno • Crescimento equilibrado 	<ul style="list-style-type: none"> • Medidas neoclássicas • Melhoria da produtividade dos factores (ensino, incentivo à formação profissional e modernização do processo produtivo) • Desenvolvimento tecnológico através de apoio à criação de inovações ou de condições que permitam a rápida difusão tecnológica
Teoria Keynesiana	<ul style="list-style-type: none"> • Acumulação de capital físico • Acção do Estado em contexto de racionalidade ilimitada • Desequilíbrio económico 	<ul style="list-style-type: none"> • Estímulo da procura através de maior despesa governamental e fomento de políticas sociais

Teoria	Características	Políticas
Teoria do Evolucionismo / Institucionalismo	<ul style="list-style-type: none"> • Enquadramento institucional (direitos de propriedade e cultura técnica) • Investigação e desenvolvimento • Acumulação de capital humano • Acção dos agentes individuais em contexto de racionalidade limitada • Equilíbrio entre selectividade e variedade • Desequilíbrio económico (Teoria Schumpeteriana) • Progresso técnico endógeno 	<ul style="list-style-type: none"> • Regulamentação dos direitos de propriedade • Medidas constantes na teoria do crescimento endógeno • Criação de redes que permitam melhor informação às empresas, publicitar marcas, produtos e empresas, maior interligação entre agentes económicos • Promoção de sinergias entre agentes económicos e outras instituições • Ambiente regulativo e legislativo favorável ao empreendedorismo • Apoio financeiro a projectos de inovação de forma a criar diversidade
Desenvolvimento sustentável	<ul style="list-style-type: none"> • Factores económicos • Factores sociais • Factores ambientais 	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção de políticas sociais e ambientais que garantam uma equidade social e a preservação do meio ambiente e recursos naturais

Capítulo 3 – Política Nacional de Crescimento Económico

Introdução

A política económica pode ser definida como a intervenção do Estado na economia com a finalidade de corrigir as falhas do mecanismo de mercado e atenuar os problemas socioeconómicos como a pobreza (Samuelson e Nordhaus, 1999).

Para conseguir estes objectivos, segundo Samuelson e Nordhaus (1999), o Estado tem quatro funções principais:

- melhorar a eficiência económica (existe uma necessidade de afectação dos recursos socialmente desejável devido às falhas de mercado tais como: quebra da concorrência perfeita, externalidades e bens públicos, informação imperfeita, que não proporcionam o correcto funcionamento da economia);
- melhorar a repartição do rendimento (consubstancia-se no atenuar dos problemas socioeconómicos como a pobreza);
- estabilizar a economia através de políticas macroeconómicas;
- conduzir a política económica internacional (redução das barreiras ao comércio, condução de programas de assistência, coordenação de políticas macroeconómicas, protecção do ambiente global).

Deste modo, para alcançar estes objectivos, segundo Samuelson e Nordhaus (1999), o Estado utiliza três instrumentos fundamentais:

- os impostos sobre os rendimentos, produtos e serviços que influenciam o crescimento da indústria e o rendimento disponível das famílias;
- as despesas e transferências do Estado que evidenciam as áreas de investimento que o governo privilegia como, por exemplo, a defesa nacional, a educação ou a saúde;
- a regulamentação do mercado como o caso das questões ambientais que as empresas têm de considerar no decorrer da sua actividade económica.

As políticas macroeconómicas subdividem-se em política orçamental e política monetária. A política orçamental consiste na utilização da despesa pública e dos impostos como forma de influenciar o rumo da economia. Actualmente, a política orçamental é utilizada com o intuito principal de afectar o crescimento económico no

longo prazo através do seu impacto sobre o rendimento disponível que determina o montante da poupança, que por sua vez condiciona o valor do investimento.

A política monetária, conduzida pelo Banco Central, determina a oferta no mercado monetário. Estas alterações da oferta de moeda fazem variar as taxas de juro e afectam a despesa em sectores como o investimento, a habitação e as exportações líquidas (Samuelson e Nordhaus, 1999). Em Portugal, o Governo não tem a possibilidade de utilizar a política monetária como forma de controlar a economia pois, esta é conduzida pelo Banco Central Europeu.

Para explicar melhor a política económica nacional é indispensável analisar a política económica comunitária. Por isso, iremos, na parte inicial, fazer uma apresentação dos objectivos da política económica comunitária estabelecidos pela Estratégia de Lisboa e analisar as áreas de financiamento com base nas Perspectivas Financeiras e sua ligação à economia portuguesa através do Quadro de Referência Estratégico Nacional.

Ao nível da política económica nacional, esta será analisada com base nas Grandes Opções do Plano para 2005 a 2009. Mais especificamente a 1ª opção (Assegurar uma trajectória de crescimento sustentado, assente no conhecimento, na inovação e na qualificação dos recursos humanos), na qual as grandes medidas de acção desta trajectória de crescimento sustentado são:

- o Plano Tecnológico, que privilegia a sociedade da informação, a inovação, a ciência e a tecnologia, o conhecimento e a qualificação dos recursos humanos, enquanto pilares de um novo modelo de crescimento económico sustentado;
- consolidar as finanças públicas;
- modernizar a Administração Pública;
- promover a eficiência do investimento e da dinâmica empresarial, estimulando novas áreas de criação de emprego; aumentando a capacidade competitiva; desburocratizando e melhorando a qualidade administrativa; fomentando a concorrência e garantindo a regulação.

Enquanto nos três primeiros objectivos existe um plano traçado e executado por uma instituição concreta, o último traduz-se numa directiva generalista para várias instituições.

Política comunitária

O principal objectivo económico da União Europeia é promover uma economia livre, concorrencial e sem barreiras comerciais ao nível das mercadorias, dos capitais, dos trabalhadores e dos seus cidadãos. Esta liberalização do comércio permite um maior potencial de expansão económica das empresas europeias pois, têm a possibilidade de produzir para um mercado interno com 490 milhões de consumidores. Mercado, esse, que permitirá alcançar uma das prioridades para a União Europeia Alargada, o seu desenvolvimento sustentável através de políticas económicas, sociais e ambientais que englobem a competitividade económica, a coesão social e a gestão e protecção sustentáveis dos recursos naturais.

Segundo o comunicado da Comissão das Comunidades Europeias (2004), o lançamento, em 2000, da Estratégia de Lisboa pretendeu actualizar a estratégia europeia de desenvolvimento, definindo uma via de transição para uma economia baseada na inovação e no conhecimento com salvaguarda da coesão social.

Assim, segundo o relatório de Conclusão do Conselho Europeu de Março de 2000 (Estratégia de Lisboa), foram identificados cinco eixos estratégicos de intervenção: a Sociedade da Informação (uso das tecnologias da informação e comunicação como elementos motores da competitividade, do crescimento e do emprego), a Investigação & Desenvolvimento, a inovação empresarial, a liberalização e o emprego e inclusão social. A Estratégia de Lisboa apostou num crescimento económico proporcionado pelo conhecimento e, para tal, era necessário aumentar a competitividade dos países, promover os esforços no âmbito da investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação e fomentar a formação dos recursos humanos.

O objectivo de conferir uma maior competitividade à economia seria atingido através de uma melhor gestão do mercado interno conferindo-lhe uma maior eficiência; um quadro legislativo que acrescentasse maior competitividade à indústria; melhores acessos de financiamento à criação e desenvolvimento de pequenas empresas; fomento da produtividade através da inovação, investigação e transferência de tecnologias, devendo haver um forte incentivo às tecnologias eficientes do ponto de vista ecológico.

O esforço em investigação e desenvolvimento tecnológico seria concretizado através de um maior financiamento, garantindo as infra-estruturas necessárias ao apoio destas actividades e concebendo acções de formação que permitam uma melhor qualidade dos

investigadores. Também, no âmbito dos incentivos à actividade de I&D, deverá haver plataformas tecnológicas que reúnam o sector público e privado numa iniciativa conjunta de prossecução da inovação com o intuito de haver uma melhor coordenação dos programas e políticas nacionais de investigação e criação de massas críticas de recursos.

A Estratégia de Lisboa resultou, também, na concepção de um modelo europeu de coesão social e de crescimento económico de combate ao desemprego e à exclusão social. Baseia-se na concentração de recursos no fomento da livre concorrência no mercado único; na ênfase na criação de emprego; na modernização da administração; e no esforço de investimento nas regiões menos desenvolvidas sob o princípio da convergência através de programas regionais, transfronteiriços e transnacionais.

Posteriormente, no Conselho Europeu de Estocolmo (Março de 2001) e de Gotemburgo (Junho de 2001), a dimensão ambiental foi introduzida como uma das prioridades da política europeia. Podemos, portanto, definir a estratégia europeia como uma estratégia global com o objectivo de alcançar o desenvolvimento sustentável: crescimento económico, coesão social e protecção ambiental.

Assim, do comunicado da Comissão das Comunidades Europeias ao Conselho e ao Parlamento, “Construir o nosso futuro em comum”, podemos estabelecer como objectivos da política de desenvolvimento europeu os seguintes pontos:

- A competitividade a favor do crescimento e do emprego:
 - Promover a competitividade das empresas num mercado único plenamente integrado.
 - Reforçar os esforços europeus em matéria de investigação e de desenvolvimento tecnológico.
 - Interligar a Europa através de redes comunitárias.
 - Melhorar a qualidade da educação e da formação.
 - Agenda de política social: auxiliar a sociedade europeia a antecipar e gerir a mudança.
- Uma maior coesão a favor do crescimento e do emprego;
- Gestão e protecção sustentáveis dos recursos naturais: agricultura, pesca e ambiente.

Estas políticas programadas pela União Europeia estão presentes nas Perspectivas Financeiras que se traduzem na definição de um plano de investimento tendo como linha de orientação as políticas mencionadas. Este documento traça as principais áreas

de intervenção delimitando uma estratégia, por parte da União Europeia, na prossecução de determinados objectivos. Tem, também, o papel de estipular o limite máximo do orçamento da UE.

O primeiro documento das Perspectivas Financeiras data de 1988 e teve como objectivo apoiar o Acto Único (“Delors I” 1988-92). Posteriormente, existiram mais três documentos: um apoiou a aplicação do Tratado de Maastricht (“Delors II” 1993-99); outro apoiou o alargamento da UE (“Agenda 2000” 2000-06); e temos, actualmente, um novo documento das Perspectivas Financeiras que abrange o período de 2007 a 2013.

Ao longo dos três primeiros ciclos de intervenções estruturais, foram criados quatro tipos de Fundos Estruturais:

- O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), que contribui essencialmente para ajudar as regiões menos desenvolvidas, as que se encontram em reconversão económica e as que apresentam dificuldades estruturais;
- O Fundo Social Europeu (FSE), que intervém essencialmente no âmbito da estratégia europeia para o emprego;
- O Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola - secção Orientação (FEOGA-O), que contribui para o desenvolvimento e ajustamento estrutural das zonas rurais menos desenvolvidas, melhorando a eficácia das estruturas de produção, de transformação e de comercialização dos produtos agrícolas e silvícolas;
- O Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca (IFOP), que apoia as evoluções estruturais do sector da pesca.

Com as novas Perspectivas Financeiras referentes ao período 2007-2013 os fundos específicos destinados ao apoio ao desenvolvimento rural e às pescas deixam de ser considerados Fundos Estruturais.

“A classificação actual das despesas nas perspectivas financeiras é, em grande medida, a herança do estabelecimento das primeiras perspectivas financeiras e seguintes. A repartição dos recursos num grande número de rubricas e subrubricas torna o sistema rígido e impede o ajustamento apropriado e uma utilização mais eficaz dos recursos para atingir os objectivos políticos da União. Um número mais limitado de rubricas orçamentais não só reflecte os grandes objectivos políticos, mas também fornece uma margem de manobra necessária para os desenvolvimentos que nem sempre podem ser previstos de forma precisa com dez anos de avanço” (comunicado da Comissão das Comunidades Europeias, 2004).

Para o novo quadro financeiro, a Comissão das Comunidades Europeias (2004) propõe cinco rubricas de despesas principais:

- Uma primeira rubrica destinada a promover a competitividade e a coesão para um crescimento sustentável com duas subrubricas:
 - *Competitividade para o crescimento e o emprego*. Esta subrubrica inclui as despesas em matéria de investigação e inovação; educação e formação; segurança e sustentabilidade ambiental das redes da UE; apoio a um mercado único integrado e às políticas de acompanhamento; implementação da agenda de política social.
 - *Coesão para o crescimento e o emprego* com despesas destinadas a reforçar a convergência dos Estados-Membros e das regiões menos desenvolvidos, complementar a estratégia da UE em favor do desenvolvimento sustentável fora das regiões menos prósperas e apoiar a cooperação inter-regional.
- *Gestão sustentável e protecção dos recursos naturais*. Para além das despesas ligadas à política agrícola comum e à política comum das pescas, cobrirá igualmente as despesas ligadas ao ambiente.
- *Cidadania, liberdade, segurança e justiça*, incluindo acções nas áreas da liberdade, justiça e assuntos internos, e cidadania.
- *A União Europeia enquanto parceiro mundial*.

Conclui-se, assim, o evidente objectivo das Perspectivas Financeiras 2007-2013 e da Estratégia de Lisboa de tornar a União Europeia mais competitiva através da inovação e do conhecimento com o objectivo final de alcançar o desenvolvimento sustentável, mobilizando para o efeito as políticas económicas, sociais e ambientais.

A nível nacional existe um programa que aplica as orientações comunitárias com as necessárias adaptações governamentais, isto é, de acordo com as Perspectivas Financeiras, o Governo define as áreas de financiamento público (incluindo o financiamento comunitário). Este programa designa-se por Quadro de Referência Estratégico Nacional e está consagrado na Resolução do Conselho de Ministros nº25/2006, de 10 de Março, bem como as suas prioridades estratégicas:

- a) Promover a qualificação dos recursos humanos, desenvolvendo e estimulando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação como factores de desenvolvimento do país e do aumento da sua competitividade;

b) Promover o crescimento sustentado através, especialmente, dos objectivos do aumento da competitividade dos territórios e das empresas, da redução dos custos públicos de contexto, incluindo os da administração da justiça, da qualificação do emprego e da melhoria da produtividade e da atracção e estímulo ao investimento empresarial qualificante;

c) Garantir a coesão social actuando, em particular, nos objectivos do aumento do emprego e do reforço da empregabilidade e do empreendedorismo; da melhoria da qualificação escolar e profissional. Ao nível da inclusão social, desenvolver-se-á medidas com carácter inclusivo no mercado de trabalho; promoção da igualdade de oportunidades para todos, bem como a reabilitação e reinserção social;

d) Assegurar a qualificação do território e das cidades traduzida, em especial, nos objectivos de assegurar ganhos ambientais, promover um melhor ordenamento do território, prevenir riscos e, ainda, melhorar a conectividade do território e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a vontade de reduzir assimetrias regionais de desenvolvimento;

e) Aumentar a eficiência da governação privilegiando, através de intervenções transversais nos diversos Programas Operacionais relevantes, os objectivos de modernizar as instituições públicas, melhorar a eficiência e qualidade dos grandes sistemas sociais e colectivos, com reforço da sociedade civil e melhoria da regulação.

A concretização destes objectivos, segundo o Observatório QREN, será apoiada por três grandes Agendas Operacionais Temáticas, que incidem sobre três domínios essenciais de intervenção, o potencial humano, os factores de competitividade da economia e a valorização do território:

- Agenda Operacional para o Potencial Humano, que congrega o conjunto das intervenções visando a promoção das qualificações escolares e profissionais dos recursos humanos e a promoção do emprego e da inclusão social, bem como as condições para a valorização da igualdade de género e da cidadania plena. Esta Agenda integra as seguintes grandes vertentes de intervenção: Qualificação Inicial, Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida, Gestão e Aperfeiçoamento Profissional, Formação Avançada para a Competitividade, Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Activa, Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social e, ainda, a Promoção da Igualdade de Género.

- Agenda Operacional para os Factores de Competitividade, que abrange as intervenções que visam estimular a qualificação do tecido produtivo, por via da

inovação, do desenvolvimento tecnológico e do estímulo do empreendedorismo, bem como da melhoria das diversas componentes da envolvente da actividade empresarial, com relevo para a redução dos custos públicos de contexto. Esta Agenda compreende, como principais vectores de intervenção, Estímulos à Produção do Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico, Incentivos à Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização, Instrumentos de Engenharia Financeira para o Financiamento e Partilha de Risco na Inovação, Intervenções Integradas para a Redução dos Custos Públicos de Contexto, Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial, Estímulos ao Desenvolvimento da Sociedade da Informação, Redes e Infra-estruturas de Apoio à Competitividade Regional e, ainda, Acções Integradas de Valorização Económica dos Territórios menos Competitivos.

- Agenda Operacional para a Valorização do Território que, visando dotar o país e as suas regiões e sub-regiões de melhores condições de atractividade para o investimento produtivo e de condições de vida para as populações, abrange as intervenções de natureza infra-estrutural e de dotação de equipamentos essenciais à qualificação dos territórios e ao reforço da coesão económica, social e territorial. Esta Agenda acolhe como principais domínios de intervenção o Reforço da Conectividade Internacional, das Acessibilidades e da Mobilidade, a Protecção e Valorização do Ambiente, a Política de Cidades e, ainda, as Redes de Infra-estruturas e Equipamentos para a Coesão Territorial e Social.

Estas três Agendas Temáticas são operacionalizadas, no respeito pelos princípios orientadores assumidos pelo QREN - da concentração, da selectividade, da viabilidade económica e sustentabilidade financeira, da coesão e valorização territoriais e da gestão e monitorização estratégica - pelos seguintes Programas Operacionais:

- Programas Operacionais Temáticos - Potencial Humano, Factores de Competitividade e Valorização do Território - co-financiados respectivamente pelo Fundo Social Europeu (FSE), pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e, conjuntamente, pelo FEDER e Fundo de Coesão.
- Programas Operacionais Regionais do Continente - Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve - co-financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.
- Programas Operacionais das Regiões Autónomas - dos Açores e da Madeira - co-financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e pelo Fundo Social Europeu.

- Programas Operacionais de Cooperação Territorial Transfronteiriça (Portugal - Espanha e Bacia do Mediterrâneo), Transnacional (Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu, Mediterrâneo e Madeira - Açores - Canárias), Inter-regional e de Redes de Cooperação Inter-regional, co-financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e pelo Fundo Social Europeu.
- Programas Operacionais de Assistência Técnica, co-financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e pelo Fundo Social Europeu.

No regulamento (CE) n.º 1083/2006, um total de 308,041 mil milhões de euros será afectado ao financiamento da política regional entre 2007 e 2013, no âmbito dos três novos objectivos «Convergência», «Competitividade Regional e Emprego» e «Cooperação Territorial Europeia». Estes objectivos virão substituir os antigos objectivos nº 1, 2 e 3 do período de programação de 2000-2006.

O objectivo «Convergência», semelhante ao antigo objectivo n.º 1, destina-se a acelerar a convergência das regiões e dos Estados-Membros menos desenvolvidos através da melhoria das condições de crescimento e de emprego, abrangendo os referidos Estados-Membros e regiões. Os domínios de acção serão o capital físico e humano, a inovação, a sociedade do conhecimento, a adaptabilidade às mudanças, o ambiente e a eficácia administrativa. Será financiado pelo FEDER, pelo FSE e pelo Fundo de Coesão.

O objectivo «Competitividade Regional e Emprego» destina-se a reforçar a competitividade, o emprego e a capacidade de atracção das regiões que não sejam regiões menos favorecidas. Deve permitir antecipar as mudanças económicas e sociais, promover a inovação, o espírito empresarial, a protecção do ambiente, a acessibilidade, a adaptabilidade e o desenvolvimento de mercados do trabalho inclusivos. Será financiado pelo FEDER e pelo FSE.

O objectivo «Cooperação Territorial Europeia» destina-se a reforçar a cooperação aos níveis transfronteiriço, transnacional e inter-regional, com base na antiga iniciativa comunitária INTERREG e que será financiado pelo FEDER. Pretende promover soluções comuns para autoridades vizinhas, nos domínios do desenvolvimento urbano, rural e costeiro, bem como o desenvolvimento das relações económicas e a ligação em rede das pequenas e médias empresas (PME). A cooperação centrar-se-á na investigação, no desenvolvimento, na sociedade da informação, no ambiente, na prevenção dos riscos e na gestão integrada da água.

Figura 8 – Programas operacionais do QCA III e do QREN

► Uma nova estrutura de Programas Operacionais



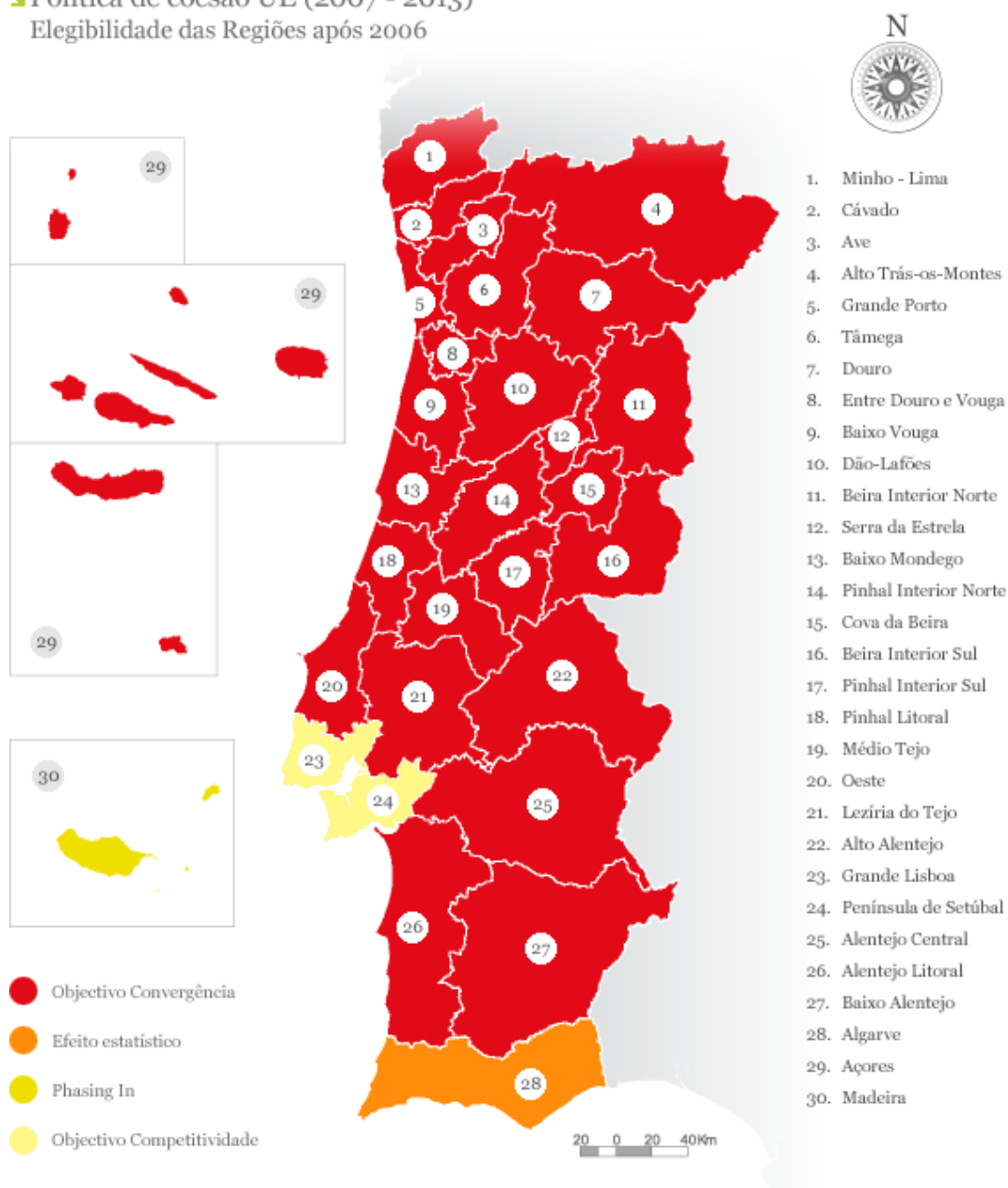
Fonte: Observatório QREN

Com a publicação da Decisão da Comissão 2006/595/CE e da Decisão da Comissão 2006/597/CE, em termos de elegibilidade das regiões portuguesas NUTS II, temos que:

- As regiões do Norte, Centro e Alentejo, bem como a Região Autónoma dos Açores, são integradas no Objectivo Convergência;
- A região do Algarve é enquadrada no regime transitório do Objectivo Convergência, designado *Phasing Out* Estatístico;
- A região de Lisboa integra o Objectivo Competitividade Regional e Emprego;
- A Região Autónoma da Madeira é integrada no regime transitório do Objectivo Competitividade Regional e Emprego, designado *Phasing In*.

Figura 9 – Elegibilidade das regiões no âmbito da política de coesão

Política de coesão UE (2007 - 2013)
Elegibilidade das Regiões após 2006



Fonte: Observatório do QREN

Em relação às linhas orientadoras da política económica nacional, estas estão presentes nas Grandes Opções do Plano, no Orçamento Geral do Estado e nos Planos de Investimentos Nacionais. Actualmente, vigoram as Grandes Opções do Plano para o período de 2005 a 2009 que define os objectivos gerais da política governamental e por conseguinte, trata-se de um documento elaborado pelo Governo que traça o rumo das políticas que irão ser aplicadas durante o seu exercício governamental.

Nas Grandes Opções do Plano para o período de 2005 a 2009 existem cinco objectivos gerais que têm em consideração as metas e funções do Estado anteriormente explanadas:

- Assegurar uma trajectória de crescimento sustentado, assente no conhecimento, na inovação e na qualificação dos recursos humanos;
- Reforçar a coesão social, reduzindo a pobreza e criando mais igualdade de oportunidades;
- Melhorar a qualidade de vida e reforçar a coesão territorial num quadro sustentável de desenvolvimento;
- Elevar a qualidade da democracia, modernizando o sistema político e colocando a justiça e a segurança ao serviço de uma plena cidadania;
- Valorizar o posicionamento externo de Portugal e construir uma política de defesa adequada à melhor inserção internacional do país.

Destes cinco objectivos, podemos concluir que o primeiro “Assegurar uma trajectória de crescimento sustentado, assente no conhecimento, na inovação e na qualificação dos recursos humanos” é aquele que evidencia quais os motores de impulsão da economia portuguesa considerados na estratégia de crescimento económico. Contudo, neste objectivo e nos dois seguintes é possível denotar uma estratégia que não se limita apenas a alcançar o crescimento económico mas que pretende atingir um conceito mais amplo, designadamente, o desenvolvimento sustentável. Tal é evidenciado pela trajectória de crescimento sustentável e pelas preocupações relativas à coesão social e qualidade de vida num quadro sustentável de desenvolvimento.

Por sua vez, a trajectória de crescimento sustentado, assente no conhecimento, na inovação e na qualificação dos recursos humanos subdivide-se nos seguintes pilares: 1) Plano Tecnológico, 2) Consolidação das Contas Públicas, 3) Modernização da Administração Pública e 4) Promoção da Eficiência do Investimento e da Dinâmica Empresarial.

Plano tecnológico

O Plano Tecnológico parte do pressuposto de que o mercado tem um papel fundamental como mecanismo dinamizador das actividades económicas. Contudo, reconhece-se a existência de falhas de mercado, nomeadamente ao nível do investimento em capital humano e nas actividades de Inovação, Investigação e Desenvolvimento (II&D). Essas falhas, motivadas pelo facto dos benefícios associados aos investimentos em educação e às actividades de investigação, desenvolvimento e inovação serem insuficientes ou não serem totalmente apropriados pelos agentes que os executam, conduzem a um sub-investimento nessas áreas que, no entanto, são críticas para o crescimento económico.

No Plano Tecnológico, reconhece-se a necessidade de qualificar os recursos humanos e estimular a inovação e a modernização tecnológica, apostando na mudança do padrão de especialização da economia portuguesa, no sentido da produção de bens e serviços diferenciados, sendo apoiada por actividades de investigação e desenvolvimento e progressivamente vocacionada para os mercados externos.

O Plano Tecnológico está estruturado nos três eixos de acção seguintes:

1. Qualificar os recursos humanos para a sociedade do conhecimento, fomentando medidas estruturais vocacionadas para elevar os níveis educativos médios da população, criando um sistema abrangente e diversificado de aprendizagem ao longo da vida e mobilizando os recursos humanos para a Sociedade de Informação
2. Vencer o atraso científico e tecnológico, apostando no reforço das competências científicas e tecnológicas nacionais, públicas e privadas, reconhecendo o papel das empresas na criação de emprego qualificado e nas actividades de investigação e desenvolvimento (I&D).
3. Imprimir um novo impulso à inovação, facilitando a adaptação do tecido produtivo aos desafios impostos pela globalização através da difusão, adaptação e uso de novos processos, formas de organização, serviços e produtos.

O Plano Tecnológico visa aumentar a capacidade competitiva do país através do Conhecimento, Tecnologia e Inovação abrangendo diversos domínios de intervenção em que muitas das medidas contempladas são promotoras da qualidade ambiental, da coesão social, da equidade territorial e da cidadania. Assim, o Plano Tecnológico não é somente um conjunto de políticas que promovem o crescimento económico, mas sim uma estratégia de actuação com vista ao objectivo último do desenvolvimento sustentado.

O Plano Tecnológico enquadra-se nas Grandes Opções do Plano 2005-2009, na Estratégia de Lisboa e no Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego como um plano para o fomento da competitividade da economia portuguesa. Enquanto pilar do Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego, dá concretização às suas dimensões de Inovação, Investigação e Qualificação, que perspectiva a mudança do posicionamento competitivo de Portugal, o aumento da produtividade e o desenvolvimento duma economia baseada no conhecimento.

Figura 10 – Programa nacional da acção para o crescimento e o emprego 2005/2008



Fonte: Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego, 2005

Consolidação das finanças públicas

Como está patente nas Grandes Opções do Plano, sem crescimento económico é mais difícil reequilibrar as contas públicas, mas sem finanças públicas controladas nenhum crescimento será sustentável. Assim, no âmbito da consolidação das finanças públicas, o Governo propôs uma orientação da sua política segundo as seguintes medidas: reduzir o défice orçamental para um valor inferior a 3% do PIB em 2008; dar transparência, modernidade e credibilidade ao processo orçamental; qualificar o investimento público; usar a política fiscal para sustentar o crescimento e assegurar equidade com eficiência, simplicidade e transparência. Para reduzir o deficit o Governo estabeleceu algumas medidas, nomeadamente, reduzir os benefícios fiscais, criação de legislação que conduza a uma maior transparência fiscal e cruzamento de dados de várias entidades públicas de forma a alcançar uma melhor eficiência da administração fiscal e combate à evasão e fraude fiscal, reestruturação de serviços públicos, em especial, ao nível da Administração Central, de modo a obter a redução e racionalização de estruturas e, concomitantemente, redução na despesa pública a elas afecta, promoção da sustentabilidade de longo prazo da segurança social, através de medidas que asseguram também, no curto e médio prazos, a contenção do crescimento da despesa com o pagamento de pensões e do lado da receita corrente o aumento dos impostos.

Verifica-se que o Governo pretende reduzir o deficit público através do aumento da receita e diminuição da despesa. O aumento da receita e a diminuição da despesa conduzem, no curto prazo, à diminuição do produto. Por isso, a justificação desta redução do deficit público está intrinsecamente ligada à perspectiva de longo prazo, na óptica da sustentabilidade do crescimento económico.

Modernização da administração pública

Com o intuito de modernizar a Administração Pública, as acções a desenvolver no contexto das Grandes Opções do Plano enquadram-se em três linhas de actuação: facilitar a vida ao cidadão e às empresas; melhorar a qualidade do serviço pela valorização dos recursos humanos e das condições de trabalho; e fortalecer a ligação entre a administração e a economia, ajustando-a aos recursos financeiros sustentáveis do país e contribuindo para um ambiente favorável ao crescimento.

As medidas perspectivadas pelo Governo em relação à modernização da Administração Pública são: implementação da reestruturação de serviços públicos, em especial, ao nível da Administração Central, de modo a obter a racionalização de estruturas e a sua flexibilização e, concomitantemente, redução na despesa pública; dinamização da Bolsa de Supranumerários; controlo das admissões de novos funcionários; aumento gradual da idade legal de reforma e do número de anos de serviço dos funcionários públicos; redução significativa da concessão de reformas antecipadas; implementação de programas sectoriais de reforma nas áreas da saúde, educação e justiça, visando controlar a despesa pública e aumentar a respectiva eficiência; descentralização de funções e serviços para os tornar mais próximos dos cidadãos; desconcentração e racionalização dos serviços, de modo a obter ganhos de eficiência na sua organização e prestação; desenvolvimento da gestão por objectivos e dos sistemas de avaliação de desempenho dos funcionários e dos serviços, reforçando uma cultura de obtenção de resultados e de reconhecimento do mérito; qualificação e valorização dos recursos humanos, por via de formação especializada e local; simplificação administrativa; promoção da qualidade dos serviços; e desenvolvimento da administração electrónica. Podemos constatar que o Governo pretende controlar a dimensão da Administração Pública e introduz um ponto de reforma nos sectores mais importantes para o crescimento económico como, por exemplo, a justiça.

Promoção da eficiência do investimento e da dinâmica empresarial

Nas Grandes Opções do Plano também se pretende assegurar uma maior competitividade através das seguintes medidas:

- Apoio ao desenvolvimento empresarial, actuando o Estado como facilitador da diversificação, reestruturação e dinamização tecnológica das empresas, induzindo a renovação do tecido empresarial e a criação de novos factores competitivos;
- Ao nível das PME, facilitação no acesso ao financiamento e aumento da sua participação na economia digital através do apoio a projectos de investimento;
- Desenvolver parcerias para a inovação e o emprego, com vista ao estabelecimento de uma relação de maior proximidade com o sector empresarial, criando com ele uma parceria estratégica com vista à descoberta de novas oportunidades e à definição de estratégias de desenvolvimento

- sustentáveis que promovam a modernização dos sectores industriais e a valorização dos empregos;
- Desburocratizar e criar um ambiente facilitador de negócios, promovendo a simplificação da legislação e dos procedimentos em áreas centrais à actividade das empresas, garantindo uma avaliação sistemática do seu impacto na competitividade das empresas;
 - Estimular a concorrência e garantir a regulação, através da indução de uma cultura de concorrência assente em “regras do jogo” claras, transparentes e iguais para todos, assegurando uma aplicação estrita da legislação da concorrência e garantindo, designadamente quando está em causa a prestação de serviços essenciais, uma regulação independente, forte e eficaz;
 - Apoiar a internacionalização da economia portuguesa, através da definição de uma política coerente de integração da economia nacional no mercado único europeu e na economia global, reforçando a capacidade exportadora das nossas empresas e induzindo o reforço dos investimentos portugueses no exterior, designadamente em Espanha e outros países da União Europeia, no Brasil, nos PALOP e no Magreb.

Tendo por base as Grandes Opções do Plano, o Governo pretende disseminar mais intensamente o conhecimento na área de formação, na área empresarial através, por exemplo, da criação e desenvolvimento de redes temáticas de ciência e tecnologia, da promoção de centros de recursos em conhecimento por áreas de especialidade, da racionalização e reforço da rede nacional de apoio à inovação, do apoio a projectos internacionais que se traduzam em investimentos tecnológicos no país, da criação de um mecanismo de divulgação e comercialização de invenções.

Assim, as linhas de orientação do Governo a prosseguir, em relação à competitividade empresarial, são: apoiar a diversificação, reestruturação e dinamização tecnológica das empresas, induzindo a renovação do tecido empresarial, facilitar os processos de criação de empresas, garantir a adequação dos incentivos à internacionalização das empresas e estimular a livre concorrência.

Ao nível da qualificação dos recursos humanos, o Governo estabeleceu como objectivos a inserção em PME de jovens quadros até aos 35 anos e diplomados no campo da gestão e da inovação, fomentar a formação de recursos humanos em I&D e produção científica, reforço do esforço nacional na educação e formação das gerações mais jovens,

combatendo o insucesso e o abandono escolar precoce sem qualquer qualificação profissional, alargamento do acesso a oportunidades de educação e formação de adultos, no quadro da construção de um verdadeiro sistema de aprendizagem ao longo da vida. Analisando a política do Governo nota-se um pequeno esforço para impulsionar a rotatividade do mercado, permitindo uma maior entrada de empresas inovadoras e saída de empresas com tecnologia obsoleta. No entanto, a grande aposta está em alcançar uma variação positiva das exportações e uma maior internacionalização das empresas.

Figura 11 – Factores de crescimento económico constantes na política nacional

Política Económica Nacional	Factores
Plano Tecnológico	<ul style="list-style-type: none"> • Sociedade da informação; • Inovação, ciência e tecnologia; • Conhecimento e qualificação dos recursos humanos;
Consolidação das Finanças Públicas	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidação das finanças públicas
Modernização da Administração Pública	<ul style="list-style-type: none"> • Modernização da administração pública
Promoção da eficiência do investimento e da dinâmica empresarial	<ul style="list-style-type: none"> • Eficiência do investimento e da dinâmica empresarial • Capacidade competitiva

Capítulo 4 – Avaliação da Eficácia e Eficiência das Políticas de Crescimento Económico

Neste capítulo pretende-se, com base nos capítulos anteriores, avaliar a eficácia e eficiência das políticas de crescimento económico. Primeiro, analisaremos a política económica comunitária e de seguida a política económica nacional.

A política económica comunitária foi analisada com base nas Perspectivas Financeiras e na Estratégia de Lisboa. O conhecimento gerado pela I&D e pelo capital humano é o principal factor do crescimento económico considerado por estas duas fontes. Os principais objectivos são: a Sociedade da Informação (uso das tecnologias da informação e comunicação como elementos motores da competitividade, do crescimento e do emprego), a Investigação & Desenvolvimento e a inovação empresarial. Desta forma, e relativamente à fundamentação teórica, podemos concluir que esta estratégia de crescimento económico está assente nos princípios da Teoria Endógena e Evolucionista. No entanto, é demonstrado pela análise da política comunitária que o objectivo final é o desenvolvimento sustentável, ou seja, crescimento económico, coesão social e preservação do meio ambiente.

A Estratégia de Lisboa considerou as boas práticas e benchmarks como parte integrante na dinamização da economia através da implementação do Método Aberto de Coordenação. Este método pretende ajudar os Estados-Membros a progressivamente implementarem reformas em diversas áreas económico-sociais de acordo com as orientações comunitárias. Consiste na publicitação de indicadores quantitativos e qualitativos adaptados às necessidades dos Estados-Membros e às suas regiões, bem como estabelecimento de benchmarks como um meio de comparação de resultados e evidenciar, deste modo, boas práticas.

Outro dos aspectos focados é a adequação das políticas de crescimento económico à realidade das regiões, que se pode traduzir na diferenciação das políticas conforme o grau de desenvolvimento. Assim, temos regiões de convergência, regiões de competitividade (bem como fases de transição entre as duas classificações) e regiões de cooperação.

Quanto à medição da mobilização dos recursos necessários e da optimização da utilização desses mesmos recursos podemos apontar alguns indicadores como o

contexto económico, o emprego, a inovação e investigação, a reforma económica, a coesão social e o meio ambiente.

O contexto económico inclui indicadores de resultado que pretendem medir o crescimento económico como o PIB *per capita* a PPC e a taxa de crescimento económico real. No entanto, também inclui outras variáveis como a produtividade do trabalho, o crescimento do emprego, a taxa de inflação, o crescimento dos custos reais laborais, a dívida pública e o equilíbrio orçamental das contas públicas.

No tópico de inovação e investigação temos indicadores como despesas com recursos humanos, despesa em I&D e por origem (Indústria, Estado e Estrangeiro), acessos de Internet (Famílias), licenciados em áreas de Ciências e Tecnologia, número de patentes, investimento em tecnologias de comunicação, *e-commerce*, nível de educação primária, taxa de penetração da banda larga e exportações de tecnologia.

É de referir, ainda, a consideração de indicadores relativos à coesão social e meio ambiente. Empiricamente, é consensual que as condições sociais e ambientais influenciam a situação económica de um país. As desigualdades da distribuição de rendimento, a pobreza e o desemprego de longa duração podem conduzir a conflitos sociais que poderão afectar a economia de um país, de igual forma o meio ambiente influencia as condições climatéricas e os recursos naturais disponíveis que por sua vez têm implicações económicas.

Figura 12 – Quadro - síntese dos indicadores da política económica comunitária.

	Indicadores do Contexto Económico	Indicadores de inovação e investigação	Indicadores de Coesão Social	Indicadores Ambientais
Política Económica Comunitária	PIB per capita a PPC Taxa do crescimento do PIB real Produtividade do trabalho por empregado Produtividade do trabalho por hora trabalhada Crescimento do emprego Crescimento do emprego feminino Crescimento do emprego masculino Taxa de inflação Crescimento do custo real da unidade laboral Deficit público Dívida pública	Despesa em recursos humanos em I&D Despesa bruta nacional em I&D Despesa bruta nacional em I&D por origem de financiamento - Indústria Despesa bruta nacional em I&D por origem de financiamento - Governo Despesa bruta nacional em I&D por origem de financiamento - Governo Nível de acesso à Internet - Famílias Licenciados nas áreas de ciência e tecnologia Licenciados nas áreas de ciência e tecnologia – sexo feminino Licenciados nas áreas de ciência e tecnologia – sexo masculino Registo de patentes pelo Gabinete Europeu de Patentes Registo de patentes pelo Gabinete de Marcas e Patentes dos Estados Unidos Investimento de capital em alianças estratégicas Despesa em tecnologia de informação Despesa em telecomunicações E-comércio via Internet Nível médio de escolaridade Nível médio de escolaridade – sexo feminino Nível médio de escolaridade – sexo masculino E-governo on-line disponível E-governo usado pelos indivíduos E-governo usado pelos indivíduos – sexo feminino E-governo usado pelos indivíduos – sexo masculino E-governo usado pelas empresas Taxa de penetração da banda larga Exportação de alta tecnologia	Desigualdade da distribuição do rendimento Taxa de risco de pobreza antes das transferências sociais Taxa de risco de pobreza antes das transferências sociais Taxa de persistência do risco de pobreza Dispersão regional do emprego Taxa de desistência escolar Taxa de desemprego de longa duração	Emissão de gases de estufa para a atmosfera Intensidade energética da economia Electricidade gerada por fontes renováveis Volume de transporte de carga relativamente ao PIB Volume de transporte de passageiros relativamente ao PIB Produtividade dos recursos naturais Lixo municipal por tipo de tratamento Pesca além dos limites de salvaguarda biológica

Fonte: EUROSTAT

A política económica nacional foi analisada com base nas Grandes Opções do Plano para o período de 2005 a 2009 e em alguns programas e planos de investimento. Com a elaboração deste estudo é notório que a política económica nacional tem muitos pontos em comum com a comunitária. Nomeadamente ao considerar como principais factores de impulsão da economia o capital humano e a I&D; e ter como objectivo último o desenvolvimento sustentável. Assim, também, a política económica nacional tem um forte enraizamento nas Teorias Endógena e Evolucionista.

As grandes lacunas que se verificam são relativamente à consideração de boas práticas e benchmarks e à adequação e diferenciação das políticas à realidade a que se aplicam.

Podemos constatar que o Governo implementa uma política uniforme de investimento nas duas opções de qualificação de recursos humanos: o ensino primário/secundário, que tende a produzir imitadores de tecnologia, e o ensino terciário, que tende a criar inovadores. Todavia, à luz da Teoria do Crescimento Económico o investimento em recursos humanos não produz os mesmos resultados consoante o grau de ensino, o que nos leva a indagar sobre a eficiência desta política de aplicação uniforme. Se um país estiver próximo da fronteira tecnológica, ao investir no sector secundário e vocacional de ensino promoverá o aumento de imitadores de tecnologia, o que pode levar à estagnação da capacidade tecnológica do país e aumentar a distância face à fronteira tecnológica. No lado oposto, se um país estiver afastado da fronteira tecnológica e investir no ensino superior poderá não ter as bases fundamentais de inovação tecnológica para que este projecto produza os resultados esperados.

De igual forma deparou-se-nos a questão de saber se a difusão tecnológica ocorre à mesma velocidade e com o mesmo impacto caso se trate de imitação de tecnologias ou criação de novas tecnologias. Daí a importância em diferenciar o investimento de empresas multinacionais no nosso país e a iniciativa nacional de projectos tecnológicos. Também não devemos considerar a economia portuguesa como um todo homogéneo, havendo sectores que estarão mais próximos da fronteira tecnológica e outros mais afastados. No entanto, as consequências de uma estratégia de difusão tecnológica que não tenha em consideração a distância à fronteira tecnológica são as mesmas que aquelas apontadas para a estratégia de investimento no ensino, isto é, aumento da disparidade de capacidade tecnológica ou investimentos que após a sua aplicação se verificam que são pouco produtivos.

Outro ponto relacionado com os recursos humanos é a diferenciação entre trabalho e capital humano e entre stock de capital humano e evolução do capital humano. Na

primeira diferença, entre trabalho e capital humano, podemos denotar que o que é relevante para a teoria de crescimento económico dominante são os conhecimentos adquiridos, o saber-fazer e não a força de trabalho. Contudo, dado que um dos objectivos da política económica nacional é a competitividade, que na maior parte das vezes se traduz em mão-de-obra barata, não entrará em conflito com a aposta no desenvolvimento do capital humano? E face a adversidades conjunturais não serão estes mesmos sectores, ditos tradicionais, os que sofrerão as maiores consequências? Poder-se-á concluir que há, sempre, necessidade de uma análise conjunta da competitividade e do capital humano, pelo que não é possível uma observação isolada de uma variável explicativa do crescimento económico para aferir do seu verdadeiro impacto na economia. É preciso, também, analisar o contexto estrutural envolvente pois, este influencia a variável explicativa do crescimento económico.

Na segunda distinção, entre stock e fluxo de capital humano, podemos-nos interrogar sobre o impacto do investimento em capital humano. Isto é, será o stock de capital humano que mais contribui para o crescimento económico ou será antes o fluxo contínuo de investimento no capital humano? No entanto, para haver este ritmo contínuo deve-se ter em conta a eficácia e eficiência deste investimento sob pena da aplicação de um elevado montante monetário não trazer os benefícios previstos.

Figura 13 – Quadro - síntese dos indicadores da política económica nacional.

	Indicadores de competitividade empresarial e formação do capital humano	Indicadores de economias de escala	Indicadores de difusão tecnológica	Indicadores da modernização administrativa e consolidação das finanças públicas
Política Económica Nacional	<p>Número de investigadores</p> <p>Investimento em I&D</p> <p>Número de doutoramentos</p> <p>Esforço privado em I&D empresarial</p> <p>Investimento público em I&D</p> <p>Recursos humanos em I&D no sector público</p> <p>Número de patentes registadas</p> <p>Insucesso escolar no ensino básico e secundário</p> <p>Frequência de jovens em cursos tecnológicos e profissionais de nível secundário</p> <p>Número de licenciados</p> <p>Inserção em empresas de licenciados nas áreas de I&D</p> <p>Utilização da Internet</p> <p>Acesso à banda larga</p> <p>Uso da Internet nas escolas</p> <p>Formação e certificação de competências em Tecnologias de Informação e Comunicação</p> <p>Modernização da administração e serviços públicos</p>	<p>Número de clusters empresariais criados</p> <p>Número de clusters de I&D criados</p>	<p>Valor do investimento internacional de projectos tecnológicos no país</p> <p>Valor da diferença tecnológica em relação a outros países</p> <p>Números de pólos de difusão tecnológica criados</p> <p>Número de projectos tecnológicos criados em Portugal</p>	<p>Rácio entre o número de funcionários públicos e a despesa pública</p> <p>Rácio entre o aumento da idade de reforma e despesa pública</p> <p>Rácio entre a concessão de aposentações antecipadas e despesa pública</p> <p>Número de projectos de modernização por área</p> <p>Rácio entre deficit público e capital</p> <p>Rácio entre o valor dos benefícios fiscais e despesa</p> <p>Rácio entre a receita e despesa</p> <p>Rácio entre receita e deficit público</p> <p>Rácio entre despesa e deficit público</p>

Fonte: Grandes Opções do Plano 2005-2009

Figura 14 – Análise dos factores de crescimento considerados pela teoria e pela política.

Teoria	Factores	Política Económica Nacional
Teoria do Crescimento Endógeno	Inovação e Investigação Formação do capital humano Difusão da tecnologia	Plano Tecnológico
		Promoção da eficiência do investimento e da dinâmica empresarial
Teoria do Evolucionismo/Institucionalismo	Competitividade empresarial Modernização da administração pública	Modernização da Administração Pública
		Promoção da eficiência do investimento e da dinâmica empresarial
Desenvolvimento sustentável	Factores económicos Factores sociais Factores ambientais	Consolidação das Finanças Públicas
		Plano Tecnológico

Conclusão

O presente trabalho teve como finalidade analisar a eficácia e eficiência da política económica nacional no contexto da Teoria do Crescimento Económico.

Começando pelas conclusões sobre a informação recolhida, o grande factor de impulsão do crescimento económico considerado pelas políticas económicas nacional e comunitária é o conhecimento baseado no avanço tecnológico e na qualificação dos recursos humanos. Estas políticas enquadram-se na teoria do crescimento endógeno que identifica a tecnologia e o capital humano como os principais factores de crescimento económico. Contudo, existem outros factores como a modernização da administração pública, a criação de redes de informação, a internacionalização e a competitividade das empresas que se enquadram nas teorias de crescimento emergentes (teorias institucionalistas /evolucionistas).

Podemos, também, constatar que a política económica nacional e comunitária tem como objectivo último o desenvolvimento sustentável consubstanciado em crescimento económico, coesão social e preservação do meio ambiente. Este é evidenciado pela consolidação das contas públicas, pela atribuição de uma elevada verba comunitária à rubrica de preservação e gestão dos recursos naturais, pelo fomento do sector das tecnologias no sentido de diminuir a dependência dos recursos não renováveis e de aumentar a produtividade no sector da exploração dos recursos naturais.

Da análise dos diversos critérios de eficiência/eficácia das políticas nacionais de crescimento económico, aquele que possui maiores fragilidades é o da adequação da teoria com a realidade a que se aplica. Devido a uma política de crescimento económico uniforme e generalista, pode-se incorrer numa menor eficiência não se atingindo os resultados esperados. Portanto, denota-se o importante papel da Administração Pública na adaptação das políticas ao meio envolvente e no estabelecimento de uma forte ligação, através de uma rede de informação, com o tecido empresarial, com a realidade económica de forma a efectivar com sucesso as medidas que pretende implementar.

Bibliografia

Livros:

- BARRO, Robert J., SALA-I-MARTIN, Xavier (2003); *Economic Growth*; MIT Press.
- LESSARD-HÉBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérald (1994); *Investigação Qualitativa – Fundamentos e Práticas*; Instituto Piaget, Lisboa.
- SAMUELSON, Paul A., NORDHAUS, William D. (1999); *Economia*; 16^a ed., McGraw-Hill.

Working Papers, Revistas e Jornais:

- AGHION, Philippe, HOWITT, Peter (1992); A Model of Growth Through Creative Destruction; Econometric Society, *Econometrica*, pp. 323-351.
- AGHION, Philippe, HOWITT, Peter (2006); Appropriate Growth Policy: A Unifying Framework; *Journal of the European Economic Association*; MIT Press, No. 2-3, pp. 269-314.
- AUBYN, Miguel St. (2007); *Modernising Public Administration and Economic Growth*; Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais – Ministério das Finanças e da Administração Pública; Lisboa.
- BAIER, Scott L., DWYER, Gerald P., Jr., TAMURA, Robert (2002); *How Important Are Capital and Total Factor Productivity for Economic Growth?*; Federal Reserve Bank of Atlanta.
- BARRO, Robert J. (1991); Economic Growth in a Cross Section of Countries; *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 106, n.º 2, pp. 407-443.
- BHATTACHARJEE, Arnab, CASTRO, Eduardo de, JENSEN-BUTLER, Chris (2009); Evaluating Economic Theories of Growth and Inequality: A Study of the Danish Economy; a publicar em *Journal of Productivity Analysis*.
- BRAUNINGER, Michael (2005); The Budget Deficit, Public Debt and Endogenous Growth; *Journal of Public Economic Theory*, Association for Public Economic Theory, pp. 827-840.

- HOWITT, Peter (2006); Endogenous Growth; *The New Palgrave Dictionary of Economics*, 2^a ed..
- LIMAM, Yasmina Reem; MILLER, Stephen M. (2004); *Explaining Economic Growth: Factor Accumulation, Total Factor Productivity Growth, and Production Efficiency Improvement*; University of Connecticut, Department of Economics.
- LUCAS, Robert E, Jr. (1988); On the Mechanics of Economic Development; *Journal of Monetary Economics*; Elsevier, 22, pp. 3-42.
- MANKIW, N. Gregory; PHELPS, Edmund S.; ROMER, Paul M. (1995); The Growth of Nations; *Brookings Papers on Economic Activity*, Vol. 1995, no.1, pp. 275-326.
- ROMER, Paul M. (1990); Endogenous Technical Change; *The Journal of Political Economy*, Vol. 98, No. 5, Part 2, The University of Chicago Press, pp. S71-S102.

Relatórios e Comunicados:

- *Construir o nosso futuro em comum - Desafios políticos e recursos orçamentais da União alargada, 2007-2013*; Comissão das Comunidades Europeias; Bruxelas, 2004.
- *Grandes Opções do Plano 2005-2009*; Conselho de Ministros, 14 de Julho de 2005, Lisboa.
- MATEUS, Augusto *et al.* (2005); *Competitividade Territorial e a Coesão Económica e Social*; Augusto Mateus e Associados, CIRIUS, GeoIdeia e CEPREDE; vol. 1.
- *Plano Tecnológico, 2005*.
- *Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego, 2005*.
- *Relatório da Conclusão do Conselho Europeu - Estratégia de Lisboa*, Março de 2000.
- *Relatório da Conclusão do Conselho Europeu de Estocolmo*, Março de 2001
- *Relatório da Conclusão do Conselho Europeu de Gotemburgo*, Junho de 2001

Legislação:

- *Decisão da Comissão 2006/595/CE*, Jornal Oficial da União Europeia, L 243, 06 de Setembro de 2006, pp. 44-46.
- *Decisão da Comissão 2006/597/CE*, Jornal Oficial da União Europeia, L 243, 06 de Setembro de 2006, pp. 49-50.
- *Regulamento (CE) n.º 1056/2005*, Jornal Oficial da União Europeia, L 174, 07 de Julho de 2005, pp. 7-9.
- *Regulamento (CE) n.º 1083/2006*, Jornal Oficial da União Europeia, L 239, 31 de Julho de 2006, pp. 25-78.
- *Regulamento (CE) n.º 1467/97*, Jornal Oficial da União Europeia, L 209, 02 de Agosto de 1997, pp. 6-11.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2006, Diário da República, n.º 50, Série I –B, 10 de Março de 2006, pp. 1784-1789.

Anexos

ANEXO I - Dados Documentais

BARRO, Robert J., SALA-I-MARTIN (2003), Xavier; <i>Economic Growth</i> ; MIT Press.	
	O livro pretende ser a compilação de várias teorias de crescimento económico existentes, abordando os modelos neoclássicos, a teoria do crescimento endógeno e diversas extensões destes modelos bem como, a difusão tecnológica e a determinação endógena da oferta de trabalho e população. Apresentam, também, estudos empíricos sobre a relação entre o crescimento económico e algumas variáveis
SAMUELSON, Paul A., NORDHAUS, William D. (1999); <i>Economia</i> ; 16ª ed., McGraw-Hill.	
	O livro tem como objectivo aprofundar os conhecimentos na área de Economia desde conceitos básicos passando pela microeconomia, macroeconomia, factores de mercado, o papel do Estado na economia, o crescimento económico e o comércio internacional.
AGHION, Philippe, HOWITT, Peter (1992); A Model of Growth Through Creative Destruction; Econometric Society, <i>Econometrica</i> , pp. 323-351.	
	O estudo incide sobre a elaboração de um modelo baseado no processo de destruição criativa de Schumpeter partindo de modelos de crescimento endógeno existentes dando ênfase à obsolescência das velhas tecnologias induzida pela acumulação de conhecimento e do processo de inovações industriais. Neste estudo, o factor sucesso da investigação de novas tecnologias e o poder de mercado possuído pelo inovador determinam o equilíbrio do modelo.
AGHION, Philippe, HOWITT, Peter (2006); Appropriate Growth Policy: A Unifying Framework; <i>Journal of the European Economic Association</i> ; MIT Press, No. 2-3, pp. 269-314.	
	Os autores, com base na teoria do crescimento económico de Schumpeter na qual o crescimento tem origem nas inovações que melhoram a qualidade do produto e processo produtivo, elaboram uma teoria de crescimento para explicar a diferença existente relativamente ao crescimento económico entre a Europa e os Estados Unidos da América e entre a América Latina e o Sul Asiático. A ênfase deste estudo é dada a três áreas: competição e entrada no mercado, educação e macropolítica.
AUBYN, Miguel St. (2007); <i>Modernising Public Administration and Economic Growth</i> ; Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais – Ministério das Finanças e da Administração Pública; Lisboa.	
	Análise estatística de dados de 38 países desenvolvidos (OCDE e países da UE) sobre variáveis como a modernização administrativa, eficiência da despesa pública e governação com o intuito de obter resultados sobre a relação entre estas variáveis e o crescimento económico.

<p>BAIER, Scott L., DWYER, Gerald P., Jr., TAMURA, Robert (2002); <i>How Important Are Capital and Total Factor Productivity for Economic Growth?</i>; Federal Reserve Bank of Atlanta.</p>	
	<p>Neste estudo os autores analisam a importância do crescimento do capital físico e do capital humano no crescimento da produtividade total dos factores usando dados sobre 145 países.</p>
<p>BARRO, Robert J. (1991); Economic Growth in a Cross Section of Countries; <i>The Quarterly Journal of Economics</i>, Vol. 106, n.º 2, pp. 407-443.</p>	
	<p>Através de um estudo de 98 países ao longo do período de 1960 e 1985 tentou-se analisar estatisticamente a relação entre a taxa real de crescimento do PIB per capita e o stock de capital humano, stock de capital físico, investimento físico, investimento público, despesa pública, estabilidade política e grau de concorrência do mercado. Trata-se de um estudo estatístico que tenta obter resultados sobre a taxa de crescimento per capita entre outras variáveis.</p>
<p>BHATTACHARJEE, Arnab, CASTRO, Eduardo de, JENSEN-BUTLER (2009), Chris; Evaluating Economic Theories of Growth and Inequality: A Study of the Danish Economy; a publicar em <i>Journal of Productivity Analysis</i>.</p>	
	<p>Construção de um modelo para o estudo de variações regionais e sectoriais na produtividade total dos factores. O modelo econométrico é usado para analisar desigualdades regionais e sectoriais de eficiência produtiva nas regiões e sectores da Dinamarca.</p>
<p>BRAUNINGER, Michael (2005); The Budget Deficit, Public Debt and Endogenous Growth; <i>Journal of Public Economic Theory</i>, Association for Public Economic Theory, pp. 827-840.</p>	
	<p>Este estudo analisa, através de um modelo, os efeitos da dívida pública no crescimento endógeno.</p>
<p>HOWITT, Peter (2006); Endogenous Growth; <i>The New Palgrave Dictionary of Economics</i>, 2ª ed..</p>	
	<p>Análise da teoria do crescimento endógeno.</p>
<p>LIMAM, Yasmína Reem; MILLER, Stephen M. (2004); <i>Explaining Economic Growth: Factor Accumulation, Total Factor Productivity Growth, and Production Efficiency Improvement</i>; University of Connecticut, Department of Economics.</p>	
	<p>Análise de dados sobre 80 países estimando uma fronteira da função de produção e decompondo a variação do produto em acumulação de factores produtivos, crescimento da produtividade total de factores e melhorias na eficiência da produção.</p>

LUCAS, Robert E, Jr. (1988); On the Mechanics of Economic Development; <i>Journal of Monetary Economics</i> ; Elsevier, 22, pp. 3-42.	
	Este estudo incide sobre um modelo explicativo do desenvolvimento económico assente em três premissas: ênfase na acumulação do capital físico e na mudança tecnológica; ênfase na acumulação de capital humano através da escolarização; ênfase na acumulação de capital humano através do <i>learning-by-doing</i> .
MANKIW, N. Gregory; PHELPS, Edmund S.; ROMER, Paul M. (1995); The Growth of Nations; <i>Brookings Papers on Economic Activity</i> , Vol. 1995, no.1, pp. 275-326.	
	Revisão das teorias de crescimento económico: teoria neoclássica e teorias de crescimento endógeno.
ROMER, Paul M. (1990); Endogenous Technical Change; <i>The Journal of Political Economy</i> , Vol. 98, No. 5, Part 2, The University of Chicago Press, pp. S71-S102.	
	Elaboração de um modelo de crescimento endógeno com progresso tecnológico em que é abordada as razões que estão na origem das mudanças tecnológicas.
<i>Construir o nosso futuro em comum - Desafios políticos e recursos orçamentais da União alargada, 2007-2013</i> ; Comissão das Comunidades Europeias; Bruxelas, 2004.	
	Estabelece as prioridades da política da União Europeia. Desenvolvimento do novo quadro financeiro (2007-2013).
<i>Grandes Opções do Plano 2005-2009</i> ; Conselho de Ministros, 14 de Julho de 2005, Lisboa.	
	O Governo traça, neste documento, as principais linhas de acção e medidas em 2005-2006.
MATEUS, Augusto <i>et al.</i> (2005); <i>Competitividade Territorial e a Coesão Económica e Social</i> ; Augusto Mateus e Associados, CIRIUS, GeoIdeia e CEPREDE; vol. 1.	
	Descrição sucinta dos grandes modelos teóricos de crescimento económico: crescimento clássico e keynesiano; crescimento neoclássico; crescimento endógeno; modelos de crescimento evolucionistas.
<i>Plano Tecnológico, 2005.</i>	
	Estratégia de crescimento com base no Conhecimento Tecnológico e Inovação.
<i>Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego, 2005.</i>	
	Estabelece as linhas orientadoras do programa nacional para o crescimento e o emprego no período de 2005 a 2008.
<i>Relatório da Conclusão do Conselho Europeu - Estratégia de Lisboa, Março de 2000.</i>	
	Definição de objectivos estratégicos para o período de 2000 a 2010.
<i>Relatório da Conclusão do Conselho Europeu de Estocolmo, Março de 2001.</i>	
	Estipulação de novos objectivos estratégicos.
<i>Relatório da Conclusão do Conselho Europeu de Gotemburgo, Junho de 2001.</i>	
	Estipulação de novos objectivos estratégicos.

<i>Decisão da Comissão 2006/595/CE</i> , Jornal Oficial da União Europeia, L 243, 06 de Setembro de 2006, pp. 44-46.	Estabelece a lista das regiões elegíveis para financiamentos pelos Fundos Estruturais no âmbito do objectivo «Convergência», no período de 2007 a 2013.
<i>Decisão da Comissão 2006/597/CE</i> , Jornal Oficial da União Europeia, L 243, 06 de Setembro de 2006, pp. 49-50.	Estabelece a lista das regiões elegíveis para financiamento pelos Fundos Estruturais a título transitório e específico, no âmbito do objectivo “Competitividade regional e emprego”, no período de 2007-2013.
<i>Regulamento (CE) n.º 1056/2005</i> , Jornal Oficial da União Europeia, L 174, 07 de Julho de 2005, pp. 7-9.	Altera o Regulamento (CE) n.º 1467/97 relativo à aceleração e clarificação da aplicação do procedimento relativo aos défices excessivos.
<i>Regulamento (CE) n.º 1083/2006</i> , Jornal Oficial da União Europeia, L 239, 31 de Julho de 2006, pp. 25-78.	Estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão.
<i>Regulamento (CE) n.º 1467/97</i> , Jornal Oficial da União Europeia, L 209, 02 de Agosto de 1997, pp. 6-11.	Regulamento relativo à aceleração e clarificação da aplicação do procedimento relativo aos défices excessivos, com o objectivo de evitar défices orçamentais excessivos e, caso venham a ocorrer, de os corrigir rapidamente.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2006, Diário da República, n.º 50, Série I –B, 10 de Março de 2006, pp. 1784-1789.	Estabelece as linhas de orientação e funcionamento do Quadro de Referência Estratégico Nacional.